



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Fantasmas do Passado no Presente

Um estudo sobre a relação entre as representações da violência interparental vivida na infância e o modelo relacional e defensivo atual

Joana Andreia Ferreira Dias

Orientação: Prof^ª Dr.^ª Isabel Maria Marques Mesquita

Mestrado em Psicologia

Área de especialização: Psicologia Clínica e da Saúde

Dissertação

Évora, 2014



ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Fantasma do Passado no Presente

Um estudo sobre a relação entre as representações da violência
interparental vivida na infância e o modelo relacional e defensivo
atual

Joana Andreia Ferreira Dias

Orientação: Prof^a Dr.^a Isabel Maria Marques Mesquita

Mestrado em Psicologia

Área de especialização: Psicologia Clínica e da Saúde

Dissertação

Évora, 2014

Tese de mestrado conducente ao grau de mestre em Psicologia, Especialidade em Psicologia Clínica e da Saúde. Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Psicologia.

Joana A. Ferreira Dias

Isabel Maria Marques Mesquita

“Experiência não é o que acontece com um homem; é o que um homem faz com o que lhe acontece.”

Aldous Leonard Huxley (in *Texts and Pretexts*, 1932)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que foram expostos a situações de violência interparental e que, de alguma forma, conseguiram livrar-se dos seus fantasmas.

AGRADECIMENTOS

1. À minha orientadora Isabel Mesquita pelo apoio prestado, participação, partilha de conhecimentos e experiência, pelo acompanhamento neste meu processo de aprendizagem e crescimento, pelos vários momentos de inspiração e reflexão proporcionados, objetivando o ensinamento adequado e o desenvolvimento do espírito crítico dos seus discípulos. Agradeço os conselhos, correções e disponibilidade para me guiar, agradeço as palavras de admiração e entusiasmo, e um muitíssimo obrigado pela liberdade de escolha relativa ao desenvolvimento deste estudo.
2. Ao Doutor Ivandro Monteiro pela simpatia, prontidão, interesse demonstrado e disponibilização do instrumento *Questionário de Historia Familiar* (QHF).
3. Ao Professor Rui Campos pelos esclarecimentos dados e disponibilização do instrumento *Inventário de Mecanismos de Defesa* (DMI).
4. A todos aqueles que disponibilizaram um pouco do seu tempo para participar no estudo.
5. À Doutora Ana Cristina Nunes pelo seu otimismo, motivação, aprovação e disponibilidade na utilização de recursos para a investigação. Foi, é e sempre será uma fonte de inspiração no meu percurso dentro da Psicologia.
6. À minha *Muy Ilustre* Universidade de Évora por me receber e pela oportunidade de me ver crescer pessoal e profissionalmente.
7. Aos meus caríssimos professores que contribuíram para a minha formação, reflexão e honesto estudo ao longo dos anos vividos nesta academia.
8. Aos meus queridos colegas pela partilha de conhecimentos, desabafos, dúvidas, questões existenciais e bons momentos a recordar.
9. A todos os meus amigos que me incentivaram e me acompanharam nesta jornada, mantendo-se presentes e fiéis até hoje e que partilham, agora comigo, a satisfação desta conquista.
10. Aos meus amigos Daniel e Mário que seguiram os meus passos desde o início até ao fim sem duvidarem do meu sucesso, alegrando os meus dias nos momentos de desânimo.
11. Às minhas grandes amigas Rosana, Mafalda, Andreia e Marta pelo auxílio nos momentos de difícil trabalho, e pela partilha de palavras de amizade e apoio constantes. Sem vocês não seria o mesmo.

12. Aos meus pais pelo orgulho, carinho, cumplicidade e por realizarem comigo este sonho, não medindo esforços para me verem atravessar esta meta. Sempreuns guerreiros incansáveis.
13. Ao meu irmão por despertar o melhor de mim, e por me fazer sonhar cada vez mais alto.
14. Ao meu melhor companheiro e cúmplice, Hugo, pelo amor, pela inspiração na busca dos meus sonhos, onde encontro refúgio e motivação nos momentos difíceis.
15. À minha queridíssima e amada avó pela sabedoria, conselhos e por fazer de mim o que sou hoje.

A todos os que acreditaram em mim e me fizeram acreditar que um dia este momento faria parte da minha vida...

*A todos vós,
Um muito obrigado!*

Resumo

Fantasmas do Passado no Presente

Um estudo sobre a relação entre as representações da violência interparental vivida na infância e o modelo relacional e defensivo atual

Crescer num ambiente disfuncional, onde a violência interparental se manifesta em todos os seus contornos na dinâmica familiar, pode surtir efeitos nefastos ao desenvolvimento do sujeito. Vários estudos procuram estabelecer uma relação direta entre estas duas variáveis. Porém, nem todas as crianças expostas à violência familiar apresentam respostas funcionais negativas. Com base nos pressupostos apontados, o presente estudo teve como objetivo compreender como é que as memórias relacionais de exposição a violência interparental interferem na formação dos modelos relacionais internos e na organização defensiva do indivíduo, procurando afirmar a inexistência de diferenças significativas entre sujeitos expostos a estes acontecimentos e aqueles que nunca vivenciaram estas situações. Os resultados indicam não existirem diferenças relevantes entre os sujeitos, não sendo possível determinar uma relação de consequência direta entre a experiência de exposição a violência interparental e desajustamento. Verifica-se ainda a possibilidade de se estabelecer relações de qualidade com as figuras parentais, mesmo quando inseridas em condições adversas.

Abstract

Ghosts from Past in the Present

A relational study over representations of interparental violence experienced in childhood and the current defensive and relational model

Growing up in a dysfunctional environment where interparental violence is manifested in all its contours of family dynamics, it can yield adverse effects to the development of the subject. There are several studies that seek to establish a direct relationship between these two variables. However, not all children exposed to family violence show negative functional responses. Based on these assumptions, the study aimed to understand how relational memories of exposure to interparental violence interfere with the formation of internal relational models and the defensive organization of the individual, seeking to affirm that there are no significant differences between subjects exposed to these events and those who never experienced the same. The results indicate no significant differences between subjects, confirming that it's not possible to determine a direct relationship between exposure to interparental violence and maladjustment. It also appears that it is possible to establish quality relationships with caregivers, even when placed in harsh conditions.

Índice

INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ABORDAGEM CONCEITUAL E TEÓRICA DA PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA INTERPARENTAL	5
1. Violência Direta e Indireta.....	5
2. Exposição a Violência Interparental.....	6
2.1 “Uma peça de cortinas transparentes”	7
2.2 Exposição a Violência Interparental e o Exercer da Parentalidade	9
2.3 Fatores de Influência	14
2.4 A Violência Interparental Enquanto Experiência Traumática.....	19
3. Exposição a Violência Interparental e Desajustamento	20
3.1 Desenvolvimento e Emergência do Self.....	22
4. Modificações das Representações e dos Modelos de Relação.....	25
4.1 O Cérebro Relacional	26
5. Modelos de Relação Internos e Mecanismos de Defesa do <i>Self</i>	28
6. “Fantasmas do Passado no Presente”	29
PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO	31
7. Objetivos Gerais.....	31
8. Formulação de Hipóteses	31
9. Metodologia.....	33
9.1 Participantes	33
9.2 Instrumentos	34
9.3 Implicações	38
9.4 Procedimentos de recolha de dados	38
9.5 Procedimentos de análise dos dados.....	38
10. Resultados	41
10.1 Estudo das Características Psicométricas dos Instrumentos	41
10.2 Análise dos Resultados do <i>T-test</i>	42
10.3 Análise das Correlações.....	47
11. Estudo das Hipóteses	54
12. Discussão dos Resultados.....	57
12.1 Limitações.....	60
13. Conclusões.....	61
REFERÊNCIAS	63
ANEXOS.....	73
ANEXO A.....	75
ANEXO B.....	77

Índice de Tabelas

Quadro 1. Modelo Motivacional das Seis Dimensões da Parentalidade (Fonte: Skinner, et al., 2005)	12
Quadro 2. Caracterização da Amostra.....	34
Quadro 3. Valores do Coeficiente de alpha de Cronbach dos instrumentos.....	42
Quadro 4. Estatística descritiva de Cuidados Maternos relativa aos sujeitos expostos e não-expostos a violência interparental (Escala de pontuação 1 a 5)	43
Quadro 5. Estatística descritiva de Cuidados Paternos relativa aos sujeitos expostos e não-expostos a violência interparental (Escala de pontuação 1 a 5)	44
Quadro 6. Estatística descritiva do Ambiente Familiar relativa aos sujeitos expostos e não-expostos a violência interparental (Escala de pontuação de 1 a 5).....	45
Quadro 7. Estatística descritiva dos Esquemas Maladaptativos relativos aos sujeitos expostos e não-expostos a violência interparental (Escala de pontuação de 1 a 6).....	46
Quadro 8. Estatística descritiva dos Mecanismos de Defesa relativos aos sujeitos expostos e não-expostos a violência interparental (Escala de pontuação de 0 a 2).....	47
Quadro 9. Correlações entre as subescalas Aceitação e Expressão de Afeto Parentais e a escala de Esquemas Maladaptativos.....	49
Quadro 10. Correlações entre a subescala Cuidado Físico e Relacionamento Parental Não-violento e a escala de Esquemas Maladaptativos.....	50
Quadro 11. Correlações entre Exposição a Violência Interparental e a escala de Esquemas Maladaptativos.....	51
Quadro 12. Correlações entre Exposição a Violência Interparental e a escala de Mecanismos de Defesa	52
Quadro 13. Correlações entre as subescalas Aceitação e Expressão de Afeto Parentais e Mecanismos de Defesa	53
Quadro 14. Correlações entre a variável Exposição a Violência Interparental e as subescalas Aceitação e Expressão de Afeto Parentais	53

Índice de Figuras

Figura 1. <i>Modelo da Segurança Emocional de Cummings e Davies (2002)</i>	14
--	----

INTRODUÇÃO

A violência e as suas mais variadas formas de atuação constituem-se, atualmente, uma das principais preocupações da sociedade, embora esta desde cedo se tenha tornado alvo de interesse, indignação e protesto.

O ser humano, enquanto ser relacional, vive em permanente contacto e manifesto relativamente ao outro. Nas suas relações são constantemente expressos desejos, afetos e desafetos que, muitas vezes, apresentando-se sob a forma mascarada de comportamentos violentos, ou pouco adaptativos, procuram restituir ao *self* aquilo que lhe é insatisfeito. Porém, e antes de mais, importa esclarecer este conceito.

O termo “violência” derivado da palavra latina *violentia*, significa “força violenta, ou recurso à força para submeter alguém contra a sua vontade” (MRIIDE – Manual da Rede de Intervenção Integrada do Distrito de Évora, 2012, p.17). Por outro lado, as Nações Unidas (WHO; MRIIDE, 2012, p.17) definem violência como “*o uso intencional da força física ou poder, ameaça ou real, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha uma alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação*”. Neste sentido, salienta-se que a violência não se traduz unicamente na agressão física propriamente dita, apresentando formas e expressões diferenciadas, sendo todas elas nefastas ao bem estar do indivíduo e daqueles que são testemunhas destes incidentes.

Uma das formas mais frequentes deste ato de deterioração do outro ganha terreno naquele que deveria ser para as pessoas o local mais seguro – o seu lar (Margolin, 2005; Silva, Coelho & Caponi, 2007). O espaço que é detentor do seio familiar e das dinâmicas relacionais mais importantes da vida do ser humano, pode também ele ser contentor de fortes tensões e sofrimento. Assim, a violência doméstica, caracterizada pelo secretismo e silêncio guardado pelas estruturas do lar, assume-se, desta forma, como uma das principais causas de vitimação do país (Amnistia Internacional – Portugal, 2005).

Segundo o Relatório Anual da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2013), entre o ano de 2010 – 2012, registou-se um aumento percentual de 8,4% de processos de apoio, um número de crimes relatados com um acréscimo de 18,8%, e um aumento de vítimas diretas de 29%, contabilizando o total de 22747 atendimentos, 12084 processos de apoio e 8945 vítimas diretas de violência doméstica. Tendo em conta os dados explorados pelo Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS; MRIIDE, 2012), é possível afirmar que este ato é mais comumente realizado pelo marido ou parceiro das

vítimas, sem esquecer que também os homens podem ocupar este lugar (NCADV - National Coalition Against Domestic Violence, s.d.; Manual Alcipe – APAV, 2010).

Por outro lado, de acordo com o IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011/2013), da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, com referência ao Relatório Intercalar de Execução de 2012, as vítimas de violência doméstica são, simultaneamente, mães. Definindo as repercussões na criança como uma “vitimação vicariante”, esta iniciativa alerta para os impactos negativos da exposição dos menores a este tipo de situações, enfatizando que cerca de 42% das ocorrências participadas, em 2011, foram testemunhadas por crianças.

Apesar de não existir um consenso no que se refere a uma definição específica de violência ou maltrato, todas as perspectivas assentam na ideia de um prejuízo físico ou mental da criança, provocado deliberadamente sob a forma ativa ou passiva por um adulto (Martins, 2005).

Com base nas linhas introdutórias supra-referidas e os dados apresentados, expõe-se, desta forma, a problemática evidenciada como foco do estudo empírico posteriormente apresentado: a *exposição a violência interparental*. Esta demonstra-se uma questão pouco aprofundada ao nível da investigação, uma vez que é dada maior relevância às situações de violência doméstica direta, ou seja, onde existe uma agressão dirigida à criança ou jovem por parte dos seus progenitores. Isto porque a *exposição* em si, é uma voz silenciada (Osofsky, 2003) e, muitas vezes, não se vê estas pessoas como vítimas, mas sim como meros espetadores (Margolin & Vickerman, 2007). Contudo, a criança não necessita de experienciar violência física direta para ser profundamente afetada (Sani, 1999). Uma vivência consecutivamente rica em conflitos entre as figuras parentais pode representar, para esta, que o seu ambiente familiar não é seguro assim como as relações que se estabelecem com os seus objetos de afeto.

Atualmente, no cerne das investigações sobre o desenvolvimento do indivíduo, sobre a formação das suas estruturas internas e, principalmente, sobre as dinâmicas e fatores que, de alguma forma, resultam em estruturas de personalidade mais desadaptativas e em comportamentos menos funcionais do ponto de vista relacional, a tendência é para que se procurem experiências negativas de vida que justifiquem estes acontecimentos. No caso da exposição à violência interparental, vários são os autores que relevam o impacto negativo desta situação no desenvolvimento do sujeito e as consequências do mesmo para a construção de si, das suas representações e dos seus modelos de relação.

Tal como referem Margolin & Gordis (2004) e Coutinho e Sani (2008), as crianças expostas estão em risco de desenvolver respostas maladaptativas em uma

ou várias áreas do seu funcionamento. Contudo, de acordo com Costa e Sani (2007) a *exposição à violência familiar não é necessariamente sinónimo de desajustamento psicológico*. Nem todas as crianças que passam por este tipo de violência desenvolvem comportamentos desviantes ou pouco funcionais.

É, por isso, importante perceber que, se por um lado, um ambiente familiar hostilizado pode ser promotor de problemáticas ao nível do desenvolvimento ótimo da criança e facilitador de desorganização afetiva, por outro, existe uma série de fatores que permitem ao ser humano possuir a capacidade evolutiva para se adaptar, transformar e interpretar as suas experiências, construir significados e defender-se das ameaças que lhe são impostas. Logo, considera-se precipitado estabelecer uma ligação direta de causa-efeito entre vitimação a exposição interparental e desajustamento psicológico e afetivo futuro (Gewirtz & Edleson, 2007). De acordo com o pressuposto, a forma como as crianças reagem aos eventos adversos é o resultado da sua matriz desenvolvimental (Coutinho & Sani, 2008).

Com base no que foi exposto, e de modo a efetuar uma abordagem concetual dos construtos relativos à exposição a violência interparental, definiu-se como principal objetivo de estudo perceber se existem diferenças significativas entre sujeitos que vivenciaram esta experiência e aqueles que não foram submetidos à mesma. O delinear deste objetivopretende questionar o estabelecimento de uma a relação direta entre experiências de EVI durante o desenvolvimento e o desajustamento futuro, e reforçar que nem sempre o individuo sucumbe ao sofrimento após a adversidade.

Esta avaliação realizou-se através da aplicação de três instrumentos de avaliação: Questionário de Historial Familiar (Monteiro & Maia, 2008) para avaliar as representações referentes ao ambiente familiar e aos cuidados parentais; Questionário de Esquemas (Gouveia & Robalo, 1994) para avaliação dos modelos afetivos e relacionais atuais e o Inventário de Mecanismos de Defesa (Justo, 2009), de modo a avaliar os modelos defensivos atuais.

A nível estrutural, o estudo divide-se em duas partes principais: inicialmente é apresentada a revisão teórica sobre o conceito de violência e exposição a violência interparental, bem como os modelos explicativos desta temática, e a abordagem das questões ligadas ao desenvolvimento e transformação do indivíduo enquanto ser complexo e transformador, nomeadamente a componente fisiológica e intrapsíquica. A segunda parte apresenta a investigação empírica realizada, tendo em conta a formulação das hipóteses e objetivos, a caracterização da amostra e dos instrumentos utilizados e os procedimentos metodológicos correspondentes. Posteriormente, são expostos os resultados e a discussão dos mesmos, com finalização sobre os aspetos conclusivos do estudo.

PARTE I – ABORDAGEM CONCEPTUAL E TEÓRICA DA PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

A VIOLÊNCIA NO SEIO FAMILIAR

“Uma das influências mais importantes no desenvolvimento da criança é a atmosfera do lar.”

(Papalia, Olds & Feldman, 2001, p.469)

1. Violência Direta e Indireta

Tal como foi anteriormente apresentado, a violência pode manifestar-se sob dois prismas de atuação, tendo em conta a intencionalidade do ofensor. Define-se por violência direta quando a criança é o alvo de agressão ou de abuso por parte de um ou mais membros do sistema familiar. Neste caso, afirma-se tratar-se de um tipo de *vitimação primária*, na medida que é esta que experiencia diretamente a agressão (Sani, 1999). Estudos apontam que tanto as características individuais da criança, como as dos pais, podem ser agentes ativadores de comportamentos violentos (Martins, 2005).

Ligado à violência familiar está também um estigma que, muitas vezes, dificulta a identificação destes casos, nomeadamente a ideia de que estas situações apenas ocorrem nos meios económicos mais desfavorecidos, em locais onde a cultura promove os comportamentos violentos, ou em sistemas educacionais rígidos tendo em conta a desigualdade de género e de poder geracional (Martins, 2005). O facto é que, segundo Gonçalves e Machado (2005), qualquer ambiente familiar é um lugar privilegiado da violência, pois para além de proporcionar a privacidade favorável aos acontecimentos e resguardá-los em relação ao contacto com o exterior, permite também o desenvolvimento de um sentimento de propriedade e poder face à vítima (Martins, 2005).

De acordo com a teoria explicativa da perspectiva neuropsicológica (Séguin, Sylvers, & Lilienfeld, 2007), existe no agressor dificuldades básicas no processamento de informação que estão intimamente relacionadas com a anatomia e a fisiologia cerebrais. Descritos como *modelos de distorção*, estes défices enfatizam o papel dos enviesamentos, crenças, atribuições, apreciações e esquemas, e influenciam o

comportamento hostil (Fonseca, 2008). Assim, em vez de o adulto assumir um papel de protetor e cuidador do bem estar da criança, torna-se ele próprio o seu maior perigo.

Por sua vez, a perspectiva psicodinâmica entende a violência direta como proveniente do trauma. O processo inicia-se na introjeção intolerável de maus objetos que permanecem internamente após o trauma (Scharff & Scharff, 2010). A criança mantém estes objetos tóxicos contidos no *self*, de forma a desculpabilizar o seu cuidador e a proteger o mito do bom progenitor. Para proteger o *self* dos maus sentimentos, os objetos tóxicos necessitam de ser expelidos através de atos de violência aleatórios dirigidos a objetos materiais, ou projetados para pessoas ou grupos vistos como maliciosos (Scharff, 2010).

No que refere à violência indireta, define-se quando a criança não é o alvo da agressão mas é exposta à situação, constituindo-se desta forma uma vitimação secundária. A violência interparental consistemum exemplo de maltrato indireto à criança (Sani & Cardoso, 2008; Jaffe, Wolfe & Campbell, 2012), uma vez que adquire formas diversificadas (como o desprezo, terror, ameaça, negação de respostas emocionais, isolamento, humilhação, exploração, entre outras) capazes de afetar profundamente a criança ou o jovem. Desta forma, o menor que assiste a este cenário dramático acaba por ser ele próprio objeto de violência (Sani, 2003; Martins, 2005; Monteiro, 2009).

Alguns investigadores (e.g. Davies & Cummings, 1994; Edleson, 1999) procuraram perceber o impacto da vitimação criminal naqueles que não experienciam o crime diretamente, mas que mantêm uma relação de proximidade à pessoa vitimizada. Apesar de um impacto maior naqueles que são vítimas diretas, existem evidências de que, consagrando-se uma experiência traumática, ambas as vítimas manifestam problemas semelhantes (Sani, 1999; Sani, 2006).

Ainda que não se tratando de violência física, Peled e Davis (1995) consideram que este tipo de maltrato psicológico poderá ser resultante não só do facto do perpetrador da violência aterrorizar a criança, como também o facto de esta ser forçada a viver num ambiente inseguro e ser exposta a modelos de papéis negativos e limitados (Martins, 2005).

2. Exposição a Violência Interparental

Em situações de relações conjugais conflituosas ou de violência doméstica, onde a protagonização recai sobre o casal, são frequentemente ignoradas as vítimasmais vulneráveis ao impacto destas ações. As crianças, ou jovens, filhos de

pais ofensores e vitimizados, constituem-se nestes casos aquilo a que podemos chamar de “danos colaterais” face às vontades e necessidades dos seus pais.

Sendo que, como foi supra-referido, nem sempre a agressão é direcionada à criança, o seu envolvimento acaba por ser desvalorizado e ofuscado pelas vítimas diretas (Margolin, 2005). Com a crescente preocupação social pelo bem-estar destes menores, começaram por ser inicialmente utilizados termos como “observadores” ou “testemunhas” para reportar os casos de violência na presença de crianças ou adolescentes e, apenas mais tarde, surgiu o termo *exposição* (Evans, Davies & Dillilo, 2008). Tendo em conta que a criança pode não só observar estas situações, diz-se exposta, pois pode também escutar, participar, e sofrer as consequências ambientais das experiências que a rodeiam no seu contexto familiar (Evans, et al., 2008; Jaffe, et al., 2012).

Neste sentido, entenda-se como exposição a violência interparental, qualquer tipo de envolvimento da criança/jovem na presença de atitudes/atos hostis, violentos e impetuosos entre as suas figuras parentais. Estes episódios podem ser recorrentes, inserindo-se como parte da sua vivência familiar, ou isolados, experienciados com a intensidade suficiente para ficarem gravados na memória e nas representações sobre o passado do sujeito (Sani, 1999; Margolin & Vickerman, 2007), embora possam não ser necessariamente desorganizadores.

2.1 “Uma peça de cortinas transparentes”

Ver-se envolvido, ainda que indiretamente, numa relação de conflito entre aqueles que são objeto de uma imensa carga afetiva para o sujeito é, no mínimo, angustiante. A tensão que se desencadeia é contagiante para aquele que presencia e que partilha destes acontecimentos. Assemelha-se metaforicamente à representação de uma peça de teatro, onde os “ensaios” são, muitas vezes, consecutivos, o discurso e a postura das “personagens principais” expressam-se pouco diferenciados ou até mesmo repetitivos, e onde nos “bastidores”, por detrás das cortinas e ausentes da atenção do público, se encontram os restantes “intervenientes” da peça, que testemunham todo o cenário envolvente. A vista pode nem sempre ser privilegiada, mas a proximidade enaltece a intensidade da trama.

No que trata a realidade destes acontecimentos, importa aquilo que é vivido nos “bastidores”, ou seja, a experiência da criança que vive ou é exposta a violência interparental. Alguns autores que dedicaram os seus estudos neste sentido apontam consequências no menora curto, médio e longo prazo (e.g. Osofsky, 2003; Margolin & Gordis, 2004). De entre elas acentuam-se problemas de *externalização*, como a

agressividade, a delinquência, a capacidade de empatia debilitada, dificuldades de aprendizagem e sociabilização; e de *internalização*, tal como o isolamento, tensão cumulativa, ansiedade e o medo (Edleson, 1999; Margolin & Gordis, 2004).

Sob a visão de Davies e Cummings (1994), a violência que a criança é exposta constitui uma ameaça que mina o seu sentido de predição e o seu sentimento de acolhimento na família, preocupando-a e fazendo-a sentir-se emocionalmente stressada. Para Sani e Cardoso (2013), a exposição a violência interparental constitui-se de igual forma um maltrato à criança, ainda que escondido do olhar e da atenção da sociedade, representando um pontencial fator etiológico de desenvolvimento de psicopatologia (Coutinho & Sani, 2008).

Como consequências a longo prazo, sugere-se o desenvolvimento de perturbações da personalidade e do foro psicológico, dificuldades emocionais e de ajustamento social (Margolin & Vickerman, 2007; Coutinho & Sani, 2008; Godbout, Dutton & Laussier, 2009), assim como a associação a relações abusivas e comportamentos agressivos na idade adulta (Coutinho & Sani, 2008; Godbout, Dutton, Lussier & Sabourin, 2009; Jaffe, et al., 2012). Gonzales e colaboradores (2012) enfatizam não só as repercussões da EVI anteriormente descritas, mas também o desenvolvimento de problemas de temperamento, sintomatologia de pós-stress traumático e depressão. No entanto, os efeitos a longo prazo variam dependendo da frequência, do tipo e da severidade da violência a que a criança é exposta (Margolin & Gordis, 2004; Margolin, 2005; Graham-Bermann & Seng, 2005, Gonzales, Chronister, Linville & Knoble, 2012).

Apesar de cada sistema familiar conter as suas próprias funções, papéis e dinâmicas relacionais, identificam-se determinadas características que são comuns em casos de violência interparental. Falhas na comunicação, ou um discurso pobre, são exemplos que frequentemente habitam estes lares, assim como interações coercivas ou a incapacidade individual e conjugal para resolução de problemas (Sani, 2008). Outros exemplos estão relacionados com a existência de psicopatologia ou o abuso de substâncias como o álcool e/ou as drogas por parte dos progenitores (Sani, 2009; Monteiro, 2009; Jaffe, et al., 2012).

Para além disso, a mulher vítima de violência doméstica pode experienciar problemas emocionais como a baixa auto-estima, depressão, ansiedade, sentimentos de impotência e culpa, bem como outras dificuldades adicionais (problemas económicos, o desemprego, risco de despejo de casa, etc.), os quais afetam a sua disponibilidade e capacidade parental (Cummings & Davies, 2002; Sani, 2008; Osofsky, 2003), o que subsequentemente interfere na qualidade da sua relação com a criança.

2.2 Exposição a Violência Interparental e o Exercer da Parentalidade

“Families are uniquely structured to provide the attention, nurturance, and safety that children need to grow and develop.”

(Osofsky, 2003, p.163)

Quando o ambiente familiar é “contaminado” por um clima de violência, percebido pelos seus membros como inseguro, rígido e submissivo, este acaba muitas vezes por resultar num “contágio” das diferentes relações do núcleo familiar.

O ofensor, centrado nas suas exigências e necessidades é, na maioria dos casos, incapaz de perceber o impacto dos seus atos na criança (Holt, Buckley & Whelan, 2008). A vítima direta, debilitada física e/ou psicologicamente pelas experiências vivenciadas, vê dificultada a sua tarefa de gestão da relação com os filhos (Sani, 2008). Estes, por sua vez, expostos a este tipo de situações e interagindo com progenitores hostis, caóticos e coercivos, podem tornar-se afetivamente desligados das suas figuras parentais e resistir à socialização (Skinner, Johnson & Snyder, 2005).

Porque a parentalidade não acarreta apenas a satisfação das necessidades básicas da criança, importa enfatizar sobre a influência da violência interparental na qualidade das relações dos pais para com a criança exposta a este cenário. Tal como esclarece Bronfenbrenner (1986), a parentalidade não assenta apenas sobre a diádica relação progenitor-filho, mas sobre o contexto que contempla as múltiplas relações existentes e os seus meios (Osofsky, 2003). Problemas com as principais figuras de vinculação podem levar à maladaptação da criança, insegurança emocional e sentimentos de desafeto (Cummings & Davies, 2002), interferindo no seu desenvolvimento pleno (Melchert, 2000; Monteiro, 2009). Tal como proferiu Coimbra de Matos (2014) *“Só existe um amor válido, o amor recíproco”*. Sentimentos de ausência desta reciprocidade podem amplificar o impacto da EVI, e as construções que o sujeito elabora sobre estes eventos.

O que acontece na generalidade é que os pais subestimam a capacidade dos filhos de absorver aquilo que se passa em seu redor (Jaffe, et al., 2012). Tantas vezes pensam que a criança está salvaguardada das discussões ou agressões, simplesmente por estarem noutra divisão da casa, ou por desvalorizarem as suas capacidades remetendo para a idade da mesma. Assim como a criança compreende e é influenciada pela relação dos pais entre si, também ela está dependente das consequências desta relação nos cuidados que lhe são prestados (Edleson, 1999;

Osofsky, 2003; Holt, et al., 2008; Sani, 2008). A forma como os pais contornam os problemas conjugais em função da parentalidade, e o tipo de relação que estabelecem com a criança neste ambiente, parece obter um forte impacto na forma como esta vai reagir aos episódios de EVI e o significado que lhes vai atribuir consoante o seu desenvolvimento (Cummings & Davies, 2002; Skinner, et al., 2005; Monteiro, 2009).

Durante um longo período de tempo, a criança vive vinculada aos afetos e emoções das suas figuras parentais. Estas, por seu lado, são por natureza únicas nas suas funções para prover a atenção, o conforto e a segurança necessárias ao crescimento e desenvolvimento dos seus filhos (Osofsky, 2003). Por entre controvérsias, disfuncionalidade e instabilidade, os conflitos acabam por se refletir no atropelo das necessidades da criança. Os pais tornam-se mais inconscientes, os seus comportamentos menos efetivos e, com isto, diminui a responsividade aos sinais e necessidades emocionais da mesma (Sani, 1999). Deste modo, ocupando o conflito o espaço central das preocupações no seio familiar, existe uma indisponibilidade e menor sensibilidade por parte dos progenitores em cuidar, proteger e manter a criança segura face às condições presentes (Osofsky, 2003; Holt, et al., 2008).

Nestas situações a criança pode sentir alguma ambiguidade no que se refere à afetividade com as suas figuras parentais. É possível sentir medo e empatia para com o agressor e compaixão envolta de um forte senso de obrigação em proteger a vítima, geralmente a mãe (Edleson, 1999; Holt, et al., 2008). Para além disso, a criança pode percecionar o progenitor abusado como incapaz de lhe dar proteção e segurança, comprometendo-se uma vinculação segura, o que a torna mais vulnerável a estados afetivos variáveis, imprevisíveis e negativos (Davies & Cummings, 1994).

Por fim, levanta-se a questão da alienação parental. Este conceito está atualmente ligado a uma das formas de maltrato à criança e pode ser verdadeiramente desorganizador (Sani, 2008). Está presente, muitas vezes, quando os pais usam a criança como “escudo” na guerra conjugal com o objetivo de perturbar psicologicamente o outro companheiro. É como um triângulo invertido, onde a pressão recai sobre um único vértice, que não querendo abdicar de nenhuma das figuras de afeto, vê-se constantemente coagido a aliar-se e a escolher um dos lados (Davies & Cummings, 1994; 2002). Em seguida são apresentados dois modelos teóricos que enfatizam a importância da qualidade parental na adaptação e ajustamento da criança em situações de EVI.

2.2.1 Modelo Motivacional das Seis Dimensões da Parentalidade (Skinner, Johnson & Snyder, 2005)

A partir de estudos realizados sobre avaliação da parentalidade dos últimos 50 anos, Skinner, Johnson e Snyder (2005), identificaram seis grandes dimensões de estilos parentais que representam a relação e a afetividade para com a criança: *conforto e cuidado parental* no desenvolvimento da criança vs *rejeição*; *providência de estruturação e estabilidade* vs *caos*; *apoio e suporte à autonomia* vs *coerção*. Os autores definem as dimensões parentais como características, qualidades e esquemas descritivos que capturam a natureza parental e que expõem a base em que a parentalidade é construída (cf., Quadro 1).

De acordo com o presente modelo, o *conforto e cuidado parental* representa a mais importante das dimensões apresentadas. Segundo os autores, também conhecida por *aceitação*, esta dimensão refere-se à expressão de afeto, amor, apreciação, amabilidade e respeito pela criança. Isto inclui disponibilidade emocional, apoio e cuidados genuínos considerando o bem estar da mesma, mas também interações educativas e disciplinares focadas nas suas aprendizagens. Por oposição, expressões de *rejeição* e hostilidade, incluem aversão, severidade, reações exageradas, irritabilidade e respostas explosivas, concentradas numa comunicação negativa com a criança, criticismo, escárnio e desaprovação.

A seguinte dimensão da parentalidade assenta na provisão de *estruturação e estabilidade* à criança. Mediante as contingências do meio, esta medida refere-se à exposição de expectativas claras e bem delineadas com visum comportamento maduro assim como o estabelecimento de limites consistentes e apropriados. Em contraste, considera-se o *caos*, que definem como um tipo de confusão ambiental que inclui desorganização e tumulto, imprudência e incapacidade de assegurar o desenvolvimento pleno da criança. Desta forma, Skinner e colaboradores enfatizam a importância da dimensão referente ao *apoio à autonomia* da criança face ao oposto prejudicial da *coerção*. Também percebida como uma forma de controlo psicológico, a parentalidade coerciva é demarcada pelo seu carácter autoritário e demandante.

Segundo esta abordagem, o Modelo Motivacional sustenta que a *aceitação* e *conforto parental* são primordiais para que a criança se sinta segura, integrada e amada, onde a devida *estruturação e estabilidade* são base de experiências competentes e saudáveis, sendo neste caso possível desenvolver-se autonomamente através da *motivação e suporte* necessários. Estas características são influentes no desenvolvimento da criança, pois determinam o seu cumprimento recetivo e os seus modelos relacionais futuros (Skinner, et al., 2005).

Quadro 1.

Modelo Motivacional das Seis Dimensões da Parentalidade (Fonte: Skinner, et al., 2005)

Modelo de Skinner, Johnson & Snyder	
Dimensão	Definição
1. Conforto	Expressão de amor, afeto, prestação de cuidados e prazer Apreciação, disponibilidade emocional
2. Rejeição	Antipatia ativa, aversão e hostilidade Ausência reativa, irritabilidade, criticismo e desaprovação
3. Estabilidade	Provisão de informação sobre possibilidades e concretização de bons resultados Previsibilidade, consistência Expetativas claras, demandas firmes e maduras
4. Caos	Não-contingente, inconsistência, errática, impressibilidade, arbitrariedade, desconfiança
5. Apoio à autonomia	Permite liberdade de expressão e de ação Encorajamento da criança para os valores e aceitação genuínos Incitação para preferências e opiniões próprias
6. Coerção	Estilo supercontrolador, intrusivo e autocrático Restrição, comando e ordem

2.2.2 Hipótese da Segurança Emocional de Davies e Cummings (1994)

A hipótese desenvolvida por Davies e Cummings (1994) consiste numa perspetiva teórica que propõe que a segurança emocional constitui-se um fator primordial na regulação emocional da criança, organização e motivação na resposta face aos conflitos parentais (cf., Figura 1).

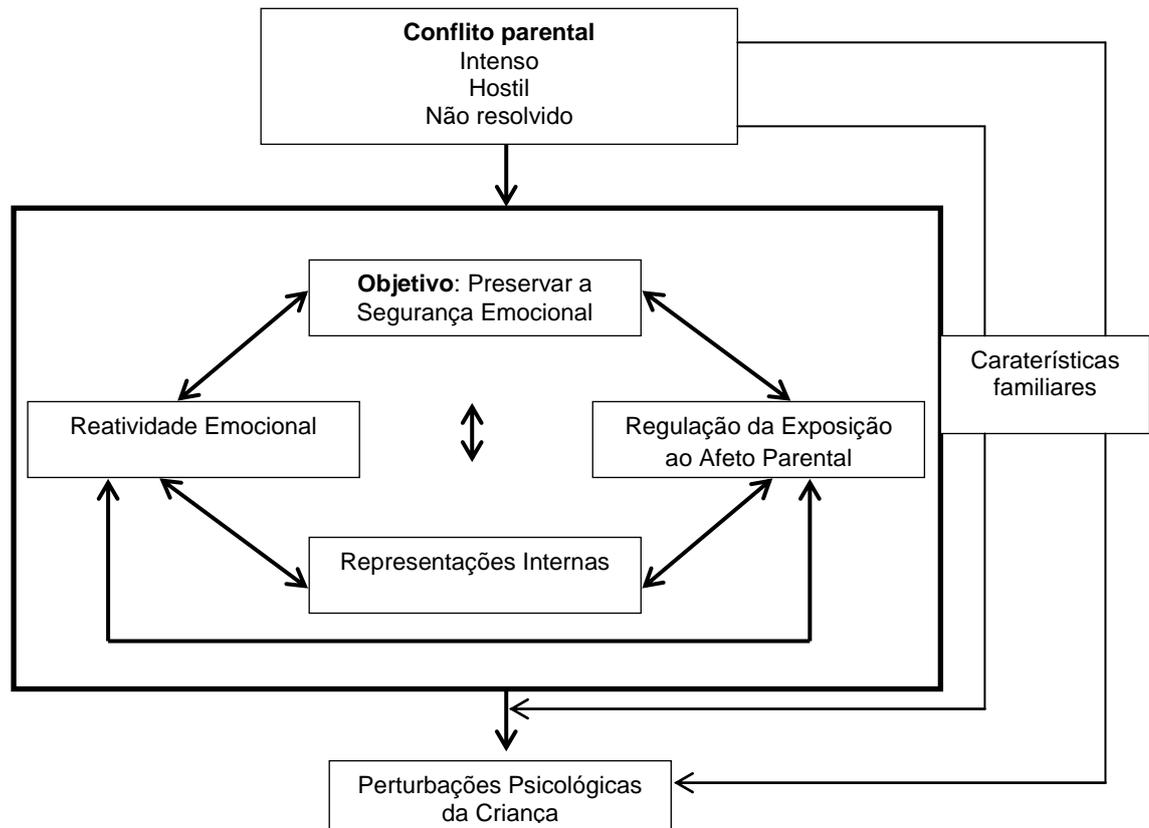
Segundo os autores, as representações que a criança internaliza sobre a relação das suas figuras parentais e a forma como esta responde às mesmas, tem implicações no seu ajustamento a longo prazo. O facto é que a criança pode estabelecer uma vinculação segura com ambos os pais e, no entanto, deter uma representação insegura da relação entre eles (Davies & Cummings, 1994; 2002). Neste sentido, a teoria assenta na forma como as reações emocionais negativas

regulam e são reguladas com o objetivo de preservar a segurança emocional. As emoções desempenham um papel fundamental neste processo, pois a sua ativação promove a capacidade de lidar e de se adaptar às circunstâncias adversas de modo a se ajustar positivamente e a manter a segurança emocional.

Porém, o conflito pode ser classificado como construtivo ou comodestrutivo. Quando as figuras parentais lidam com o conflito de forma positiva, coerente, enfatizando as responsabilidades e o bem estar da criança, o conflito é considerado construtivo, facultando à mesma aprendizagens positivas sobre as experiências relacionais e lições de vida, aumentando o sentido de proteção e segurança através da regulação emocional. Um conflito caracterizado pela agressão física ou verbal, hostilidade e ameaça, abala a segurança emocional da criança, motiva a respostas emocionais e representações mais negativas (Cummings & Davies, 2002). É com base nas emoções negativas despoletadas que posteriormente permanecem as memórias negativas sobre a relação conflituosa entre as figuras parentais.

Um alicerce à segurança emocional é o tipo de vinculação existente entre a criança e os seus progenitores. Quando a vinculação é insegura, assim como a perceção do ambiente e da relação familiar, dá-se uma diminuição da segurança e da capacidade de regulação emocional, dificultando o ajustamento da criança e aumentando a probabilidade de consequências a longo prazo. Por outro lado, quando existe uma vinculação segura, aumenta a segurança emocional da criança, amenizando o impacto dos conflitos a que esta é exposta.

Figura 1. *Modelo da Segurança Emocional de Cummings e Davies (2002)*



2.3 Fatores de Influência

Tendo em conta todo o impacto e consequências da exposição a violência interparesntal até agora abordadas, surge a questão essencial dirigente do presente estudo – existem aqueles que sucumbem ao ambiente familiar hostil e aqueles que lhe resistem. Como afirmam Grych, Jouriles, Swank, McDonald e Norwood “crianças expostas a altos níveis de conflito e violência interparesntal manifestam padrões de ajustamento variáveis, com algumas a experienciar problemas internalizantes, outras externalizantes, e ainda outras não exibindo qualquer problema de ajustamento.”(Costa & Sani, 2007, p. 284).

Deste modo, para tentar perceber o que está na génese desta distinção é necessário, primeiro que tudo, ter presente que o sujeito não vivencia experiências de forma isolada, e segundo, que existem fatores externos e internos que interagem influenciando-semutualmente e ao desenvolvimento destas situações (Edleson, 1999; Margolin, 2005; Holt; Buckley & Whelan, 2008; Godbout, et al., 2009; Lawson & Brossart, 2009). Assim, através da revisão de literatura, é possível identificar: a) fatores de risco, b) fatores de proteção, c) fatores mediadores e d) fatores de resiliência. Todos

eles desempenham um papel fundamental para a compreensão do que leva a que certas pessoas sejam mais vulneráveis à vitimação do que outras.

a) Fatores de Risco

Richman e Fraser (2001) definem risco pela presença de um ou mais fatores ou influências que aumentam a probabilidade de resultados negativos para a criança (Ribeiro & Sani, 2009). Não são causa direta para um acontecimento, mas contribuem para a sua ocorrência. Os fatores de risco podem dividir-se em *específicos*, *não específicos* e *cumulativos* (Costa & Sani, 2009), sendo que os primeiros correspondem às ações diretas sobre a criança, e os segundos que não estão diretamente ligados a um aumento dos resultados mas sim à variedade de condições negativas. Por último, fala-se de risco *cumulativo* relevando a ideia de que o número e o acumular de fatores de risco pode ser mais importante do que a natureza específica dos aspetos negativos (Costa & Sani, 2009).

Como fatores de risco salientam-se, para além do conflito a que a criança é exposta, o seu nível de desenvolvimento. Crianças muito jovens estão extremamente dependentes dos cuidados dos pais, da sua disponibilidade e capacidades (Ribeiro & Sani, 2009). Por outro lado, crianças mais desenvolvidas tendem a seguir o modelo relacional vivido no ambiente familiar com os outros fora deste contexto, podendo tornarem-se agressivas ou vitimizadas por estes (Sani, 2006; Iraurgi, Pampliega, Iriarte & Sanz, 2011). Ainda sobre esta questão, ressalta-se o adolescente que aumentada a sua autoconfiança e criticismo, pode envolver-se e intervir nas desavenças das figuras parentais de forma a pôr termo aos acontecimentos, aumentando neste sentido o risco de também ele se tornar uma vítima direta do ofensor (Jaffe, et al., 2012).

Também a proximidade da relação com a vítima ou a falha na vinculação representam fatores de risco. Presenciar o sofrimento de uma figura de afeto tão importante para a criança pode gerar sentimentos de ansiedade e frustração face a impotencialidade para a ação. Contrariamente, a falha na vinculação ou o estabelecimento de uma vinculação insegura, possibilitam o aumento dos sentimentos de vulnerabilidade, abandono e ausência de empatia para com o outro (Davies & Cummings, 1994; Sani, 2008; Lawson & Brossart, 2009; Godbout, et al., 2009).

Outros fatores de risco encontrados na literatura aludem como sendo importantes: a forma como a criança é exposta à violência, o envolvimento de abuso de substâncias/ou a presença de doença mental por parte de um ou mais membros da família (Edleson, 1999; Gewirtz & Edleson, 2007; Ribeiro & Sani, 2009; Monteiro, 2009).

Por fim, também o historial de violência e comportamentos agressivos na família, o funcionamento familiar pobre e instável, e o desfavorecimento de recursos e apoio social, constituem-se fatores de risco que podem influenciar o desenvolvimento da criança e o seu ajustamento e organização afetivoemocional futuros (Margolin & Gordis, 2004; Margolin, 2005; Gewirtz, & Endleson, 2007; Sani, 2008; Duque & Santos, 2009; Oliveira & Sani, 2009; Ribeiro & Sani, 2009).

b) Fatores de Proteção

Os fatores protetores são características individuais ou condições ambientais que ajudam as crianças e jovens a resistir ou a contrabalançar os riscos aos quais estão expostas. Estes atrasam, suprimem ou neutralizam o impacto negativo da adversidade e exercem efeitos compensatórios ou amortecedores sob o sujeito (Ribeiro & Sani, 2009). Os fatores de proteção não foram até à atualidade tão bem estudados como os fatores de risco, mas podem demonstrar-se bons indicadores sobre a resistência da criança ao desajustamento face às condições negativas a que é submetida (Gewirtz & Edleson, 2007).

Richman e Fraser (2001) dividem estes fatores em três categorias: individuais, familiares e extra familiares. Relativamente aos fatores de proteção de carácter individual, pode-se ressaltar a atitude intolerante face à violência, as boas capacidades intelectuais e de desempenho escolar, as competências de gestão e regulação emocional, a perceção de apoio e as expectativas otimistas em relação ao futuro.

No que toca aos fatores de proteção de ordem familiar, os autores referem: a presença de relações familiares fora do núcleo em convivência, a boa comunicação com os pais, boas expectativas parentais acerca do desempenho escolar da criança, o desenvolvimento de atividades partilhadas e a presença efetiva dos pais ao longo do seu crescimento. Para além destes, existem os fatores de proteção extra familiares, correspondentes às atividades escolares, interpessoais e comunitárias. São exemplos destes fatores a motivação e a atitude face à escola e aos pares, os padrões de ensino da criança, a coesão social e os ambientes promotores de segurança e saúde (Ribeiro & Sani, 2009).

Gonzales e colaboradores (2012) enfatizam ainda outros fatores igualmente importantes, como é o caso das forças internas que compõem a resiliência, a auto-regulação de forma a adaptar-se às situações que são impostas pelo ambiente externo, e o autoconceito.

c) Fatores Mediadores

Existe um número de variáveis que podem ajudar a clarificar e a explicar a relação entre o conflito conjugal e o ajustamento da criança. Estas variáveis funcionam como fatores mediadores do impacto destas experiências. Algumas hipóteses sublinham o nível de desenvolvimento da criança e o género (Evans, et al., 2008).

Relativamente ao desenvolvimento, acredita-se que crianças muito novas não sofrem o mesmo impacto da exposição à violência interparental por não serem capazes de perceber o que se passa em seu redor. Porém, estas podem não compreender o conteúdo das discussões parentais, mas são sensíveis às emoções e à tensão vividas no ambiente familiar, sendo desta forma igualmente afetadas (Sani, 1999; Osofsky, 2003). Como alguns autores sugerem (e.g. Holden, 1998; Sani, 1999; Jaffe et al., 2012), as crianças mais novas tendem a exibir queixas sintomáticas, enquanto as mais velhas podem apresentar um ou mais problemas de internalização ou de externalização específicos.

Quanto ao género, as diferenças encontradas entre crianças do sexo feminino e crianças do sexo masculino não se referem propriamente ao nível do distúrbio, mas sim na sua forma de expressão (Edleson, 1999). Os rapazes tendem a externalizar, através de comportamentos agressivos, e as raparigas internalizam maioritariamente, apresentando, por exemplo, respostas ansiogénicas (Cummings & Davies, 1994).

Para além destes fatores, as características do abuso, a frequência, a intensidade, a severidade, e o grau de destruição, são também variáveis significativas a considerar no impacto dos conflitos no seio familiar. Conflitos interparentais frequentes e prolongados estão ligados a uma grande tristeza, insegurança, angústia e uma tendência para aumentar o *stress* e a agressão na criança (Davies & Cummings, 1994, in Sani, 1999).

Um outro aspeto relevante está relacionado com os modos de expressão desses conflitos. O testemunho de violência física terá consequências distintas de uma agressão verbal (Davies & Cummings, 1994; Sani, 1999). As expressões como olhar com desprezo ou deixar de falar com uma pessoa, são manifestações não verbais que as crianças reagem com respostas semelhantes aos da cólera verbalmente expressada. Neste sentido, a inexistência de uma comunicação positiva pode ter um impacto tão negativo quanto a presença de conflitos comportamentais (Sani, 1999). Outras variáveis a atentar, prendem-se com o conteúdo do conflito (maior impacto se o conflito for acerca da criança) e a forma como o conflito termina, ou seja, como este é resolvido (Davies & Cummings, 1994; Sani, 1999).

Por fim, mas não menos importante, considera-se o suporte social e as representações mentais da criança sobre si própria são fatores de mediação extremamente influentes. As visões negativas do self sensibilizam-na para emoções

negativas, aumentando a sua vulnerabilidade, bem como a tendência para julgamentos sociais negativos (Sani, 1999).

d) Resiliência

A resiliência é um dos fatores justificativos mais comumente utilizados nos estudos sobre o ajustamento e a adaptação do sujeito face a acontecimentos de vida negativos. Tal como expõem Gonzales e colaboradores (2012), esta pode ser compreendida como um processo dinâmico entre a utilização de estratégias de coping positivas, capacidade de adaptação e recuperação após as experiências adversas. Dada a natureza dinâmica destes aspetos, a resiliência é multidimensional, abarcando as componentes educacionais, emocionais e comportamentais (Gonzales, et al., 2012).

Por sua vez, Richman e Fraser (2001) e Ribeiro e Sani (2009), salientam que a resiliência não é necessariamente baseada em características individuais, ocorrendo na ligação entre um elevado risco e a presença de recursos excepcionais, sejam esses recursos de natureza pessoal ou ambiental. Derivada de forças internas provenientes das características individuais do sujeito, e de forças externas, tendo em conta as influências ambientais e relacionais circundantes, a resiliência apresenta-se, desta forma, como a capacidade de ultrapassar os eventos adversos, como é o caso da exposição à violência interparental, sendo não apenas crianças “sobreviventes”, mas também psicologicamente ajustadas e bem sucedidas (Ribeiro & Sani, 2009).

Compreende-se, assim, a resiliência como “*o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo vivendo num ambiente não sadio*” (Ribeiro & Sani, 2009, p. 405). Trata-se de um processo interativo entre o indivíduo e o meio, considerando a variação individual face ao risco, sendo que os mesmos fatores causadores de *stress* podem ser experienciados de forma distinta por outros sujeitos. Neste sentido, não se considera a resiliência um atributo fixo do indivíduo (Sani, 2009; Davydov, Stewart, Ritchie & Chaudieu, 2010).

Gonzales e colegas (2012) apontam ainda algumas variáveis promotoras da resiliência na criança que é exposta à violência interparental. Os investigadores enfatizam que fatores intrapessoais, tal como a resposta a sentimentos de ansiedade, depressão, e raiva, ou estabelecimento de uma vinculação segura com as figuras parentais, e fatores interpessoais, assim como a qualidade parental e a estabilidade mentalmaternas, promovem a resiliência da criança após a EVI. Como principais aspetos integrantes desta dinâmica, incluem-se as crenças religiosas e espirituais, a

autoregulação emocional, o suporte social e o desejo de não ostentar e perpetuar qualquer forma de violência.

Alguns autores (e.g. Garmezy, 1985; Flach, 1991; Wolin, 1993; Pinheiro, 2004) associam à resiliência competências como a flexibilidade ou a versatilidade (Ribeiro & Sani, 2009). Rutter (2003) relaciona esta questão com o termo invulnerabilidade (Ribeiro & Sani, 2009). Junqueira e Deslandes (2003), aprofundando os estudos ligados à resiliência, acrescentam que esta não se trata de uma forma de imunidade, ou de eliminação do problema, mas sim de uma re-significação do mesmo (Ribeiro & Sani, 2009).

Todos os fatores discutidos parecem ser importantes no que diz respeito ao ajustamento/desajustamento e adaptação/desadaptação da criança face à experiência de exposição a violência interparental. A sua compreensão levanta questões, que serão discutidas mais à frente, sobre o processo de desenvolvimento da criança e das suas vivências relacionais, estas que se constituem a base da sua estruturação e organização futura.

2.4 A Violência Interparental Enquanto Experiência Traumática

Vários estudos realizados apontam a exposição a violência interparental como uma experiência traumática, promotora de sintomas a nível psicológico, fisiológico, emocional e comportamental (e.g. Osofsky, 2003; Margolin, 2005; Graham-Bermann & Seng, 2005; Evans, et al., 2008; Jaffe, et al., 2012). As reações desencadeadas por esta experiência vão de encontro à sintomatologia típica de uma Perturbação de Pós-Stress Traumático (PPST; Kitzmann, Gaylord, Holt & Kenny, 2003; Margolin, 2005); Costa & Sani, 2007). Os sintomas de PPST podem incluir insónia, comportamentos desviantes e hostis, e agitação mesmo longe de outras crianças e sob o olhar dos cuidadores no seu ambiente familiar. Para além destes, Osofsky (2003) também destaca a redução de competências sociais, a depressão entre outras perturbações psicológicas, e o surgimento de problemas de aprendizagem.

Quando um indivíduo é pelas eventualidades da vida submetido a um acontecimento extremamente negativo, este vai reagir de uma forma idiossincrática mas transaccional, ou seja, após o impacto da experiência traumática, as suas respostas são trabalhadas e gradualmente atenuadas de forma a reestabelecer a homeostasia do seu organismo (Costa & Sani, 2007). As diferenças no que respeita à transformação destes acontecimentos e das representações sobre o mesmo, influenciando o seu ajustamento, passa pela capacidade do sujeito de se acomodar e se readaptar àquilo que lhe é aversivo. Muitos, por dificuldades ou incapacidade de

sofrer este processo, acabam mesmo por desenvolver esta ou outras perturbações que, conseqüentemente, irão afetar o seu desenvolvimento futuro (Graham-Bermann & Seng, 2005; Margolin & Vickerman, 2007).

No caso da PPST, por exemplo, o que acontece é que o indivíduo passa a perceber o mundo como verdadeiramente perigoso e ele próprio como incapaz de lidar com esse sentimento de insegurança e vulnerabilidade. Estas representações errôneas pós-trauma reforçam um ciclo vicioso despoletando sintomas patológicos (Margolin & Gordis, 2004; Costa & Sani, 2007).

De acordo com Graham-Bermann e Seng (2005), crianças expostas a violência interparental podem apresentar altos níveis de ansiedade e medo, desenvolver respostas agressivas, ou até mesmo representar um risco de perpetuação da violência para com os outros relacionais. Desta forma, compreende-se que testemunhar um acontecimento como a EVI, especialmente quando envolve as figuras de vinculação e de suporte, é suficiente para produzir na criança uma desorganização traumática. Segundo Osofsky (2003) e Costa e Sani (2007), são característicos desta destruturação sentimentos de terror, insegurança, ameaça, autoresponsabilização e autoculpabilização pelo sucedido. Contudo, tal como todos os acontecimentos traumáticos, apenas uma porção de crianças que experienciam EVI desenvolvem psicopatologia (Margolin & Vickerman, 2007).

Considera-se, no entanto, a EVI uma experiência traumática uma vez que a criança vive num espaço onde o perigo está sempre à espreita, onde os seus protetores são aqueles que lhe causam maior ameaça, e onde o medo não recai apenas sobre o seu bem estar mas também sobre o dos seus objetos de afeto. Rossman e Ho (2000) descrevem esta experiência vivida pela criança como um “campo de guerra”. Por vezes são capazes de prever os “ataques” mas algumas vezes a situação é inesperada. Esta variabilidade envolve a criança numa dinâmica de perigo e incerteza (Margolin & Vickerman, 2007). Para além disso, o menor pode revivenciar o trauma não só na sua forma concreta e objetiva, mas também sob a forma intrusiva de pesadelos, *flashbacks* ou introversão emocional (Evans, et al., 2008).

3. Exposição a Violência Interparental e Desajustamento

Tal como já foi referido, na atualidade, falar de experiências de infância traumáticas tal como a negligência, o abuso, a violência, o abandono, entre outras problemáticas, traduz-se na maior parte das vezes num sinónimo de desajustamento, psicopatologia e desorganização interna. Vários autores dedicaram as suas

investigações neste sentido, relevando os aspectos negativos destas experiências (e.g. Young, et al., 2003; Machado, 2005; Sani, 2006; Séguin, et al., 2007).

Tal como refere Melchert (2000) a história relativa à infância pode ter uma influência substancial no ajustamento do adulto. De acordo com Osofsky (2003) as vítimas de EVI tornam-se muitas vezes perpetradoras da violência, assim como vêm afetadas as suas habilidades relacionais comprometendo a sua parentalidade posterior. Sani (2006, p.850)avança enfatizando que “*a exposição à violência familiar é um importante fator de risco de psicopatologia no adulto e de outras adversidades sociais*”. Também sob a mesma perspetiva, Holt e colaboradores (2008) e Jaffe e Wolfe (2012) afirmam que a EVI corrompe o desenvolvimento saudável da criança, potencializando a desorganização futura.

Apesar deste “desígnio” nem sempre se fazer cumprir, é frequentemente estabelecida uma relação direta entre estes acontecimentos. Proveniente dos estudos sobre a violência entre gerações, cresce o conceito sobre *atransgeracionalidade* em resposta à transmissão dos comportamentos violentos de progenitores para os filhos (Oliveira & Sani, 2009).

A transgeracionalidade tem como principal base explicativa a aprendizagem social e a componente genética (Oliveira & Sani, 2009). Contudo, sob a visão de Imbasciati (2004), trata-se de estruturas mentais transmitidas na relação de parentalidade. Segundo o autor, as estruturas inconscientes são formadas para serem transgeracionais, ou seja, as características psicológicas do cuidador são marcadas na estrutura da personalidade da criança durante o seu desenvolvimento, constituindo-se um processo de transmissão de inconsciente para inconsciente. Através deste processo, a criança recebe e percebe os objetos traumáticos a partir dos seus sentidos e posteriormente elabora, a partir das suas próprias estruturas internas.

Outros autores, como Schwerdtfeger e Goff (2007) ou Bradfield (2011), descrevem a transmissão do trauma proveniente da gravidez e do processo de vinculação. Como explicita Bradfield (2011), cuidadores submetidos a experiências traumáticas podem apresentar uma disrupção nos cuidados e satisfação das necessidades da criança. Isto resulta de um processo dissociativo do trauma que, não sendo consciente, não permite a construção de uma narrativa comunicativa sobre o mesmo. Em vez disso, estas experiências não formuladas manifestam-se sob a forma de comportamentos através do corpo, alimentando a transmissão e a intergeracionalidade do trauma.

Não obstante àquilo que foi referido, enfatiza-se uma vez mais que o trauma pode ser “interrompido”, mais propriamente transformado em experiências complementares à maturidade do indivíduo. Como salientam Kitzmann e

colaboradores (2003) e Margolin (2005), existem vários estudos que demonstram a inexistência de problemas de ajustamento nas crianças submetidas a EVI. Mais se acrescenta que estas vão adquirindo com o tempo capacidades de resolução de problemas cada vez mais sofisticadas e aprendem a adaptar-se a cada situação, aumentando as expectativas de êxito (Holt, et al., 2008; Iraurgi, et al., 2011). Desta forma, sublinha-se que a exposição a conflitos entre as figuras parentais pode ser benéfica no que toca à aprendizagem da criança para lidar com os seus próprios conflitos futuros. Neste caso, as experiências de vida negativas podem fortalecer competências (Sani, 2008).

3.1 Desenvolvimento e Emergência do Self

Quando procuramos estabelecer uma relação entre problemas de funcionamento mental atual e as experiências negativas vividas na infância, esquecemo-nos muitas vezes de que aquilo que somos não é apenas fruto das nossas vivências precoces. Há todo um período de tempo durante e entre estas duas etapas do desenvolvimento humano que permitem ao sujeito se construir, se modificar e se emergir (Coderch, 2013).

Quando se optou pelo estudo de indivíduos que foram expostos a violência interpaparental durante o seu desenvolvimento, não foi com o intuito de, mais uma vez, manifestar as problemáticas que podem advir destas experiências, mas sim afirmar que o sujeito não é aquilo que lhe acontece mas sim aquilo a que se propõe ser. Existe uma série de fatores, de características internas e externas ao indivíduo que podem, de certa forma, transformar estas vivências em algo funcional.

Para compreendermos melhor o que foi mencionado, há que enfatizar as características individuais do sujeito – uma base idiossincrática que nasce com ele e que Stern (1985) define como um sentido de emergência do *self* – sentido de *self* independente dos outros objetos/pessoas. Este processo prolonga-se ao longo de toda a vida do sujeito e é a base inicial que proporciona à criança a capacidade de criar e aprender (Carpentier, 2011).

3.1.1 Elaboração do “Eu” singular

Tal como qualquer outro ser, o homem passa por um processo evolutivo. Não apenas do ponto de vista da sua natureza enquanto ser vivo, mas sujeito de construções internas. Referimo-nos a este processo como *desenvolvimento*, descrito por Clarke-Stewart, Perlmutter e Friedman (1988) como uma mudança sistemática, não aleatória, não temporária, relativamente estável, que ocorre ao longo da vida,

consagrante da experiência e do crescimento da pessoa. Apesar do indivíduo se construir na interação com o outro, este tem um papel ativo no seu próprio desenvolvimento (Fonseca, 2005).

Embora a fase prematura imponha um longo período de dependência do outro, o sujeito nasce com pequenas competências que lhe permitem reconhecer-se perante os outros objetos. De acordo com Stern (1988), após o nascimento, o sujeito começa a experienciar o sentido de emergência do *self* (Brandchaft, 2002; Carpentier, 2011). Este sentido de *self* emergente constitui-se o início da elaboração de um “eu” singular, diferenciado, distinto dos outros objetos semelhantes.

Kohut (1984) refere-se ao *self* como a essência psicológica do sujeito que consiste num conjunto de sensações, sentimentos, pensamentos e atitudes face ao próprio e ao mundo, ou seja, o centro da personalidade (Banai & Shaver, 2005). Stern (1988), Brandchaft (2002) e Socarides e Stolorow (2013) acrescentam que esta instância é coesa no espaço, constante e prolongada no tempo, considerando-se um recipiente de impressões. Concetualizada como um sistema mental organizador das experiências subjetivas do sujeito, esta estrutura desenvolve-se na relação com o outro, com base na satisfação de necessidades emergentes desta mesma interação (Banai & Shaver, 2005). Contudo, o sujeito constrói as suas representações com apoio numa realidade subjetiva, através da dialética entre o mundo interpessoal (acontecimentos de vida) e o mundo intrapsíquico (interpretações, construções, memórias e distorções), tendo em conta experiências afetivas prazerosas e experiências de insatisfação (Stern, 1988).

Num núcleo familiar traumático, o desenvolvimento avança fundamentalmente num eixo distinto dos demais, uma vez que o objetivo central da criança recai sob a necessidade de segurança e proteção (Stern, 1988). Durante o desenvolvimento, no caso da EVI, o sujeito pode interiorizar uma série de identificações tóxicas, interferindo nas estruturas do *selfe* possibilitando a sua desorganização (Brandchaft, 2002).

Porém, os constrangimentos sofridos num dado momento podem ser superados através de experiências positivas posteriores (Fonseca, 2005). Durante o ciclo vital, emergem novas capacidades, novos sentidos de *self*, organizadores de perspetivas subjetivas sobre si e sobre o outro (Stern, 1988), e novos relacionamentos provenientes da experiência intersubjetiva, de certa forma reparadores dos traumas relacionais passados (Carpentier, 2011; Stolorow, 2013).

Neste sentido, a mente emerge desde o nascimento na matriz relacional ou no contexto intersubjetivo (Stolorow & Atwood, 1992) entre o sujeito e os cuidadores e o seu meio social (Mesquita, 2014). O que se experiencia como sendo a nossa mente trata-se de um conjunto de ligações entre o passado e o presente que se vão

continuamente regenerando (Mitchell, 2000; Mesquita, 2014). Esta dinâmica de modificação, a complexidade da estrutura intersubjetiva do *self*, a constante reformulação que o sujeito faz dos seus objetos internos, a interiorização dos novos objetos ao longo da vida, e a sua interação com o meio, enfatizam a sua capacidade de adaptação relativamente aos acontecimentos negativos que se lhe impõem.

3.1.2 Relações de Objeto Precoces – “O ensaio”

A criança está, durante muito tempo, completamente dependente dos cuidados maternos (ou de outra figura parental). Todavia, esta desde cedo procura, através dos seus sentidos, estabelecer um contato com o ambiente e desenvolver relações com o meio. De acordo com Spitz (s.d.), quando o bebé sorri em resposta ao seu cuidador, dá-se o início das relações de objeto – relações, estas, que vão servir de base às que a criança irá estabelecer posteriormente (Carpentier, 2011; Mesquita, 2012). Fonagy e Target (2002), assim como Schore e Schore (2007), reforçam afirmando que estas moldam as relações futuras, ou seja, funcionam como um “ensaio” para as ligações afetivas que se vão estabelecer ao longo do seu desenvolvimento. A isto se deve a crença de que filhos de pais agressores se tornarão, mais tarde, também eles agressores ou vítimas.

Contudo, as figuras parentais fornecem ferramentas primordiais ao sujeito (Fonagy & Target, 1997). A relação com estes elementos vinculativos possui uma função regulatória afetiva de equilíbrio homeostático das estruturas internas do sujeito (Kohut 1971; 1999). Para além disso, apresenta uma função adaptativa, orientadora do *self* (Fonagy & Target, 2002) e geradora de expectativas face ao outro (Godbout, et al., 2009). Desta forma, os objetos primários constituem-se os pilares essenciais à estruturação do *self* (Socarides & Stolorow, 2013), uma vez que, através da agregação de experiências (Fonagy & Target, 1997) influenciam as representações internas sobre si e sobre os outros objetos (Lawson & Brossart, 2009). Quando os objetos do *self* falham nas suas funções, fica comprometida a formação de um *self* estável, coerente e fortalecido (Mesquita, 2014).

Apesar de a criança responder, precocemente, em prol das ações da figura materna, aos poucos esta vai percebendo que a mãe não é parte de si, mas um objeto externo que lhe providencia a satisfação ou a não satisfação das suas necessidades. Estes aspetos estão, também, ligados ao processo de separação-indivuação, designado por Malher (Carpentier, 2011). Mais tarde, a criança começa a estar ciente de que os seus pensamentos e experiências são distintos dos que estão presentes nos outros objetos, mesmo quando existe uma relação entre ambos. Período, este, que

Stern (1985) define como reconhecimento/discernimento do *self*-subjetivo e do *self*-objeto (Carpentier, 2011), passando, assim, o sujeito a construir a sua própria história pessoal.

Nestes contornos, mesmo fazendo parte de um ambiente familiar hostil, sentindo-se ou não reconhecido afetivamente pelos progenitores, o sujeito é criado dos seus próprios modelos e representações independentemente do meio que o envolve. É importante salientar que o processo de vinculação não é exclusivo da relação com as figuras parentais, este é um processo que se faz ao longo de toda a vida, nas várias relações que o indivíduo estabelece durante este ciclo (Mikulincer & Shaver, 2007; Gewirtz & Edleson, 2007). Para além disso, importa sublinhar que, mesmo durante a infância, a criança estabelece outras relações com outras figuras de vinculação que podem demonstrar-se fundamentais para o seu equilíbrio, nomeadamente as relações com irmãos, outros elementos familiares significativos (e.g. avós), outras crianças e professores (no caso de frequência de um jardim de infância, ou escola) (Papalia, et al., 2001).

4. Modificações das Representações e dos Modelos de Relação

*“Sou o intervalo entre o que desejo ser e os outros me fizeram,
Ou metade desse intervalo, porque também há vida...”*
(Álvaro de Campos, cit. in Mesquita, 2014, p.1)

É irredutível que as relações precoces representam muito daquilo que o sujeito interioriza no seu mundo interno, e é com as figuras de objeto primárias que o *self* experimenta a afetividade pela primeira vez. É neste compasso que se dão as suas maiores transformações e é através desta dinâmica que tudo o resto se constrói. Porém, a forte relevância dada a esta etapa do desenvolvimento anula muitas vezes todo o período subsequente a estas experiências, reduzindo de certa forma o indivíduo às suas vivências iniciais.

Durante o desenvolvimento normal vão-se adquirindo novas formas de interação mediante novas informações sobre o próprio, o outro e a relação com o meio (Mesquita, 2014), pois não existem estágios de desenvolvimento separados: a organização do *self* é um “evento relacional” que ocorre em todo o curso de vida. Cada fase do desenvolvimento tem uma tarefa específica com vista na progressão do indivíduo. Neste sentido, os momentos de crise devem ser percebidos como uma

oportunidade de mudança e crescimento, e não necessariamente de modo negativo (Carpentier, 2011). Trata-se de reparar o passado revolucionando o futuro (Coimbra de Matos, 2014).

As múltiplas interações entre o *self*, os elementos de relação e as fantasias internalizam-se sob a forma de objetos de relação, através de experiências repetidas e de representações formuladas sobre as mesmas (Mesquita, 2014). Assim, o que o sujeito afirma como acontecimentos reais sobre determinadas situações, são na verdade construções realizadas a partir das suas memórias emocionais, ou seja, uma realidade subjetiva (Stern, 1988; LeDoux, 1994; 2003). Algo que não se vê, nem sempre se compreende, mas que é sentido (Cozolino, 2010).

Uma das etapas do desenvolvimento que, muitas vezes, é esquecida no que toca à organização mental, é a adolescência. Isto porque é neste período que as estruturas mentais se consolidam como desadaptativas ou onde se modificam e dão lugar a um funcionamento mais saudável e organizado do ponto de vista dos modelos relacionais internos, pois geralmente é nesta fase que os conflitos precoces são reativados (Coderch, 2013).

Nesta etapa, o indivíduo estabelece novas dinâmicas de relação que vão permitir substituir as anteriores protagonizadas pelas figuras parentais (novo processo de separação-indivuação) (Gonzales, et al., 2012; Stolorow, 2013). São vivenciadas novas experiências que vão redefinir os conceitos do *self* e do outro, e são, também, desenvolvidas novas capacidades ao nível intelectual e de expectativas de futuro, atingindo um nível de maturidade que traz uma nova perspectiva dos acontecimentos (Carpentier, 2011). Para além disso, dá-se também o início das relações amorosas, vínculo fundamental para a sobrevivência emocional do sujeito e essencial à condição humana, uma vez que "*mais amor é menos doença*" (Coimbra de Matos, 2014) e todos necessitamos de alguém que nos complemente (Mesquita, 2012).

Tendo em conta as constantes modificações ao nível das representações e dos modelos relacionais, e do seu carácter evolutivo, compreende-se o ser humano como um processo inacabado. Nunca deixa de se desenvolver ao longo da sua existência, nem mesmo quando começa a envelhecer, pois a experiência subjetiva não tem idade. Aquilo que é vivido na infância é apenas uma pequena parte da história pessoal, mais ou menos facilitadora.

4.1 O Cérebro Relacional

Este prisma de modificação é também enfatizado pelos recentes estudos das Neurociências e da Neuropsicologia, que afirmam que o nosso cérebro é um

organismo vivo que se transforma ao longo de toda a vida (Coderch, 2009). Ao contrário do que se pensava inicialmente, a flexibilidade e a plasticidade do cérebro humano permite a criação de uma série de novas conexões, com vista na readaptação ao meio e à reorganização mental (Fishbane, 2007; Coderch, 2009; Carpentier, 2011). De acordo com Cozolino (2010; 2013), o cérebro é um órgão social que evolui funcional e anatomicamente na presença do outro, procurando uma conexão e afirmando a sua sobrevivência. Esta perspetiva sustenta a potencialidade de modificação das estruturas internas do sujeito (Mesquita, 2014) e a possibilidade de reorganização e ajustamento ao longo do seu desenvolvimento.

4.1.1 “Metamorfose”

A perspetiva relacional, assumindo fortes contributos das neurociências, tem vindo a demonstrar que o cérebro humano tem plasticidade, não exclusivamente na flexibilidade propriamente dita mas no sentido em que se desenvolve na relação, transformando-se continuamente num processo evolutivo e adaptativo, através de novos neurónios e novas vias dos neurotransmissores, consoante as escolhas e experiências que se vão realizando ao longo da vida (LeDoux, 2002; 2003; Coderch, 2009; 2010; Mesquita, 2014).

De acordo com esta perspetiva, Cozolino (2010) afirma que o cérebro é um órgão que constrói as suas estruturas na base das interações com o outro e que se altera através da experiência, impossibilitando a existência de cérebros isolados (Cozolino, 2010; Mesquita, 2014). Estes estudos indicam que, apesar das grandes transformações terem lugar nos primeiros anos de vida, a mente nunca deixa de se desenvolver mesmo após os períodos da adolescência e da vida adulta, uma vez que as experiências sociais moldam a arquitetura neuronal do sujeito (Siegel, 2001; 2012; Cozolino, 2013).

Este sistema trata-se de um mecanismo “pré-organizado” com vista na sobrevivência do indivíduo (Damásio, 2000) que pressupõe uma estimulação interna e externa, dotando o sujeito de capacidades regulatórias do *self* na relação com um outro *self* (Schore & Schore, 2003; Coderch, 2011). Tal como expõe LeDoux (2002; 2003), o *self* não é estático. Neste processo conjugam-se aspetos ligados à maturação genética, aprendizagem, redes neuronais e a natureza das experiências passadas. Até mesmo o sistema vincutivo organiza-se na base regulatória e arquitetónica cerebral (Schore, 2000; Siegel, 2001) e prolonga-se no tempo (Cozolino, 2013).

Este quadro complexo dá ao sujeito a capacidade “metamórfica” de modificação, adaptação e ajustamento relativamente a acontecimentos de vida

aversivos (Fishbane, 2007). Pessoas que vivenciaram acontecimentos negativos na infância podem reformular os seus circuitos através de novas experiências, permitindo uma melhor funcionalidade no futuro. Como reforça Cozolino (2013), desde que exista uma narrativa, esta pode sempre ser “editada” e reformulada, de acordo com as nossas vivências.

5. Modelos de Relação Internos e Mecanismos de Defesa do Self

Até agora percebemos que o indivíduo desenvolve o seu mundo interno desde muito cedo através de competências predispostas à sua emergência (Stern, 1988). Se por um lado, o sentido de *self* é característica da condição humana, a sua construção e elaboração mais profunda depende da relação com o outro e da forma como este responde às suas necessidades afetivas (Jaffe, et al., 2012; Mesquita, 2014). Neste sentido, sublinha-se uma vez mais a essência relativa às relações precoces que se constituem a base, o ensaio, dos modelos relacionais futuros (Osofsky, 2003). Tal como foi referido anteriormente, são estas experiências que resultam nas representações que o sujeito formula sobre si e sobre o mundo à sua volta (Brandchaft, 2002).

Assim como o ser humano se constrói na relação, também é a partir desta que se transforma e se modifica (Coderch, 2009; 2011; 2013). Apesar de existirem padrões de funcionamento maladaptativos bastante embrenhados nas estruturas do *self* (Rijo, 2000; 2009), o sujeito tem a capacidade evolutiva para se adaptar e se modificar, recuperando a sua homeostasia. Esta habilidade concretiza-se dada à plasticidade do cérebro e ao estabelecimento de novas conexões ao longo da vida, caracterizando-se um órgão fundamentalmente relacional (Cozolino, 2010; 2013).

Falemos então daquilo que é construção. Aquilo que sustenta o modo funcional do sujeito. Young, Klosko e Weishaar (2003), referem-se a estas estruturas mentais denominando-as de esquemas. Segundo os autores, os esquemas são padrões estáveis e duradouros que se desenvolvem durante a infância e ganham consistência ao longo da vida. Mais sucintamente correspondem a estruturas nas quais a informação está internamente organizada e representada, e são responsáveis pela atribuição de significado (Rijo, 2000). Funcionamentos mentais mais desorganizados provêm de esquemas precoces maladaptativos. De acordo com Rijo (2000; 2009), os esquemas precoces maladaptativos são estruturas cognitivas disfuncionais e auto-perpetuantes, resultantes de relações disfuncionais com outros significativos.

Os esquemas conjugam essencialmente memórias, emoções, sensações corporais e pensamentos. Esta conjuntura forma-se a partir da satisfação/não

satisfação de necessidades afetivas, experiências precoces e emoções vivenciadas durante este período, sendo estes os aspetos que os reforçam ou enfraquecem ao longo do tempo (Young, et al., 2003). Estas estruturas dependem sobretudo de processos defensivos.

A função defensiva impede o sujeito de dismantelar o esquema e o sofrimento que advém desta descomposição. Posto isto, existem três principais tipos de mecanismos defensivos que perpetuam os esquemas: distorções, padrões de vida autoderrotistas e estilos de enfrentamento desadaptativos – hipercompensação, evitamento e resignação (Young, et al., 2003; Rijo, 2009). Inicialmente, já Fraiberg (1982) havia salientado a utilização destes mecanismos devido ao seu carácter patológico. Todavia, a existência de uma relação de qualidade com as figuras parentais parece potenciar o desenvolvimento de esquemas mais adaptativos (Young, et al., 2003).

Do ponto de vista cerebral, o que acontece é que, durante uma situação traumática, as memórias conscientes estabelecem-se através do hipocampo e das áreas corticais relacionadas, enquanto as memórias inconscientes são estabelecidas por mecanismos de condicionamento do medo que atuam através da amígdala. Estes sistemas operam em paralelo e armazenam a informação relacionada à experiência (Young, et al., 2003). Segundo Costa e Sani (2007), tudo parece indicar que face a repetidas experiências de ameaça, o processo de percepção e acomodação é lesado e, conseqüentemente, o conteúdo dos esquemas, acionando mecanismos de defesa primários e patológicos.

Esta dinâmica e processos internos ditam o modelo (dis)funcional e relacional do indivíduo. A partir desta informação compreende-se o modo como este molda e traduz as suas experiências de vida, apresentando-se mais ou menos ajustado.

6. “Fantasmas do Passado no Presente”

“With support, children are able to recover from exposure to violence.”
(Jaffe, Wolfe & Campbell, 2012, p.3)

Em suma, e de uma forma geral, o sujeito pode ter todas as competências internas necessárias para se desenvolver e evoluir a partir das suas experiências de vida, mas se o ambiente não for facilitador desta operacionalização, este processo pode permanecer estagnado apenas nas suas potencialidades (Stolorow, 2013).

Por outro lado, é possível o seu ajustamento pois, tal como foi evidenciado ao longo da revisão teórica, o ser humano é dotado de uma forte capacidade adaptativa, é complexo nas suas funcionalidades, é transformado e transformador do seu meio envolvente e autorda sua narrativa de vida, alterando-a concomitantemente às suas experiências subjetivas e interpessoais (Coderch, 2009; 2010). Existe, neste caso, quem carregue os seus “fantasmas” até ao presente (e os prolongue pelo futuro), vivendo assombrados e atormentados pelos medos e situações vivenciadas, e há quem os liberte iluminando a escuridão que lhes deu forma.

O que importa perceber é a prevalência dos mesmos, o que lhes dá vida e como estes atuam na vida do indivíduo. Procurou-se dar resposta a estas questões através do presente estudo, considerando-se como fantasmas as representações das experiências de EVI, e a sua atuação através dos esquemas e das defesas utilizadas pelo sujeito. Formula-se que apesar dos acontecimentos negativos, no que toca à sua organização interna e ajustamento atual, não existem diferenças significativas entre estes indivíduos quando comparados com aqueles que nunca vivenciaram estas situações.

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO

7. Objetivos Gerais

Formuladas as hipóteses, o principal objetivo do estudo passa, então, por compreender como é que as memórias relacionais de exposição a violência interparental interferem na formação dos modelos relacionais internos e na organização defensiva do indivíduo. Outro objetivo passa por questionar a frequente ligação de causa efeito entre experiências de exposição a violência interparental e desajustamento futuro.

8. Formulação de Hipóteses

Tal como sugere Young (1990), os esquemas precoces maladaptativos consistem em estruturas estáveis e rígidas, elaboradas na infância que perduram pelo desenvolvimento do indivíduo. Por seu lado, os mecanismos de defesa, definidos como estratégias do *self* para lidar com os seus conflitos internos, também ganham forma desde cedo e tendem, tal como os esquemas, a manter a sua função de forma prolongada. Considerando-se padrões embrenhados no “sentido do eu”, difíceis de modificar, sugere-se a possibilidade de transformação dos mesmos primordialmente através da intervenção terapêutica (Rijo, 2000).

Todavia, estudos recentes vêm contrariar o sentido estático e rígido que as experiências precoces possuem sobre o indivíduo. De acordo com Brier (2000), a ação configuradora do cérebro reativa aos estímulos externos não se limita aos primeiros anos de vida, mas prolonga-se por ela, permitindo a transformação das estruturas concebidas (Coderch, 2009). Também Siegel (2003) acrescenta que o cérebro humano constrói-se em função da interação com o outro. Esta “máquina neuronal” é, por evolução, delineada para ser alterada através das experiências relacionais. Neste sentido, as experiências vividas na infância podem ser transformadas pela capacidade do ser humano para evoluir, e pela possibilidade de elaboração de novas relações igualmente transformadoras (Fishbane, 2007; Cozolino, 2013), mantendo o sujeito ajustado.

De acordo com os pressupostos teóricos estudados, formulam-se as seguintes hipóteses de investigação:

H1: *Não existem diferenças significativas entre os sujeitos que foram expostos a violência interparental, uma ou mais vezes durante o seu desenvolvimento, e aqueles que não vivenciaram esta experiência, no que respeita:*

a) *À utilização de esquemas maladaptativos.*

H2: b) *À utilização de mecanismos de defesa.*

Tendo em conta a percepção e representação sobre o seu ambiente familiar, um mesmo acontecimento nunca é experienciado da mesma forma pelos demais indivíduos. Cada experiência é única, sendo mais ou menos negativa consoante o significado que lhe é atribuído e a relevância que lhe é dada. Considerando este e outros fatores como a resiliência (Ribeiro & Sani, 2009) e auto regulação (Gewirtz & Edleson, 2007), as reações resultantes da observação de violência interparental variam consoante as características individuais do sujeito, pois são criadas diferentes representações e são atribuídas significações divergentes, inerentes ao caráter idiossincrático do ser humano (Sani, 2003; Ribeiro & Sani 2009). Desta forma, postula-se que também:

H3: *Não existem diferenças significativas entre os sujeitos que foram expostos a violência interparental, uma ou mais vezes durante o seu desenvolvimento, e aqueles que não vivenciaram esta experiência, no que respeita à representação sobre o seu ambiente familiar.*

O ambiente familiar é o cenário primordial no que toca à interiorização dos afetos significativos e à compreensão dos modelos relacionais. Segundo Margolin (2007) a violência interparental, ao transformar o lar num ambiente perigoso e imprevisível, cria para a criança um mundo confuso, assustador e pouco seguro. Porém, estudos indicam que ter uma relação segura e estável com um dos cuidadores, permite o desenvolvimento de um sentimento de proteção e imunidade face aos incidentes da exposição a violência interparental (Davies & Cummings, 1994; Gonzalez, et al., 2012; Jaffe, et al., 2012). Esta relação providencia a estruturação base ao desenvolvimento da criança, garantindo-lhe a satisfação das suas necessidades relacionais e afetivas, diminuindo, desta forma, o impacto de um ambiente familiar adverso. Posto isto, coloca-se que:

H4: *Existe uma relação de qualidade com pelo menos uma das figuras parentais que funciona como fator de proteção face à adversidade vivida no ambiente familiar.*

9. Metodologia

O presente estudo é de tipo correlacional/diferencial e tem por objetivo explorar a relação entre variáveis que não podem ser manipuladas (Marôco, 2011). Este facto dificulta inferências acerca da causalidade das mesmas, assim, este tipo de estudo possibilita encontrar relações estatisticamente significativas mas não prova que existe causalidade entre elas. (Fitzgerald, Rumrill & Schenker, 2004; Marôco, 2011). Ainda neste tipo de estudos os participantes são assumidos como tendo características próprias que o investigador não procura mudar mas sim estudar em relação com o propósito do estudo (Fitzgerald, et al., 2004).

9.1 Participantes

O presente estudo contou com a participação de uma amostra total de 152 sujeitos da população geral, de ambos os sexos, cuja colaboração decorreu voluntariamente após a apresentação prévia de esclarecimento e do consentimento informado. Como critérios de seleção teve-se em consideração a idade dos sujeitos.

Optou-se por se limitar o critério *idade* entre os 20 e os 40 anos, uma vez que se pretendeu avaliar exatamente a fase adulta do desenvolvimento, sendo que, muitas vezes, os processos de transformação ou de acomodação das experiências vividas na adolescência (Coderch, 2013) se estendem um pouco mais dos 18 anos de idade (estipulada pela legislação como início da vida adulta). Por sua vez, a maturidade avançada envolve outros fatores de influência que não poderiam ser controlados, limitando-se o estudo até aos 40 anos de idade. Tendo em conta a validação das respostas, e excluindo os participantes que não satisfaziam esta condição ($n=8$), resultou a amostra final de 144 sujeitos, de ambos os sexos.

Relativamente à recolha da amostra para o estudo, alguns sujeitos foram selecionados em instituições de ensino superior ou profissional, como a Universidade de Évora ou IEFP (Centro de Emprego e Formação Profissional de Setúbal) e outros trabalhadores e funcionários em geral, com residência nos distritos de Setúbal, Évora, Lisboa, Coimbra e Leiria. Esta seleção foi compreendida unicamente de acordo com os critérios de conveniência.

No que toca à caracterização dos participantes, as idades variam entre os 20 e os 40 anos, compreendendo uma média de idades de 28 anos e DP=6,04, sendo que 91 (63.2%) correspondem a sujeitos do sexo feminino e 53 (36.8%) ao sexo masculino. Dos 144 participantes, 62 (43.1%) referiram ter sido expostos, uma ou mais vezes, a violência interpaparental durante o seu desenvolvimento, e os restantes 82 sujeitos (56.9%), negaram alguma vez ter vivenciado esta experiência. Estes resultados são apresentados no Quadro 2. Sendo que a amostra é superior a 30 sujeitos, prevê-se que não existam evidências estatísticas ou erros relativos ao desvio da distribuição normal (Field, 2005; Marôco, 2011).

Quadro 2.

Caraterização da Amostra

		N= 144	Percentagem
Género	Masculino	53	36,8%
	Feminino	91	63,2%
Média de idades	28 anos	DP=6,04	
Exposição à violência Interparental	Sim	62	43,1%
	Não	82	56,9%

9.2 Instrumentos

Comparando e analisando os resultados obtidos pelos participantes e pelas participantes que foram expostos(as) a violência interpaparental e aqueles(as) que não foram sujeitos a esta experiência, o estudo teve como objetivo compreender, de que forma é que as memórias relacionais de exposição, e de não exposição, a violência interpaparental interferem na formação dos modelos relacionais internos e na organização defensiva do indivíduo na vida adulta. Neste sentido, e de forma a proceder a uma abordagem exploratória dos construtos anteriormente apresentados, foram utilizados os seguintes instrumentos de recolha de informação:

- I. Questionário de Historial Familiar (QHF; Melchert, 1991; Monteiro & Maia, 2008);

- II. Adaptação portuguesa do Questionário de Esquemas (QE; Young & Brown, 1989; Gouveia & Robalo, 1994);
- III. Adaptação portuguesa do Inventário de Mecanismos de Defesa (DMI; Ihilevich & Gleser, 1969; Justo, 2009).

I. Questionário de Historial Familiar (QHF)

O Questionário de Historial Familiar, da autoria de Monteiro e Maia (2008), consiste numa adaptação portuguesa do *Family Background Questionnaire*, de Melchert (1991). De acordo com o autor, a recolha abrangente e a avaliação das experiências de infância do indivíduo e do seu ambiente familiar, pode considerar-se crucial para a compreensão do desenvolvimento do mesmo e do seu funcionamento enquanto adulto (Melchert, 2000; 2009). Por sua vez, Monteiro e Maia (2009) acrescentam que, sendo a família a arena primária onde a criança desenvolve a sua sociabilização, o reconhecimento destas experiências pode constituir-se um fator protetor ou de risco, contribuindo para a sua resiliência ou vulnerabilidade enquanto adulto.

A versão portuguesa do FBQ veio dar resposta à necessidade de encontrar um instrumento em português para obter informação sobre as experiências decorridas durante a infância em contexto familiar, através do uso de fatores de risco mais claros e objetivos de disfunções familiares (Monteiro & Maia, 2010).

Relativamente à sua configuração, o Questionário de Historial Familiar é composto por três questionários individuais de auto-resposta: Questionário de Cuidados Maternos, Questionário de Cuidados Paternos e Questionário de Ambiente Familiar. Este permite a obtenção de um índice de resultados para cada um dos elementos, e um índice global de funcionamento familiar.

O Questionário de Cuidados Maternos e o Questionário de Cuidados Paternos são ambos constituídos por 37 itens, agrupados em 4 subescalas: “Aceitação e Expressão de Afeto Materno/Paterno”, “Responsividade e Diálogo Materno/Paterno”, “Envolvimento Educacional Materno/Paterno” e “Respeito Físico e Emocional Materno/Paterno”. O Questionário de Ambiente Familiar é constituído por 50 itens, divididos em 6 subescalas: “Ausência de Abuso de Substâncias Parental”, “Coligação Parental e Ajustamento psicológico Parental”, “Cuidado Físico e Relacionamento Parental Não-Violento”, “Ausência de Tarefas Domésticas”, “Apoio Social Infantil e Expressão Emocional Familiar” e “Controlo Parental”.

Este instrumento mostrou-se adequado, uma vez que através da sua utilização foi possível perceber se existiu exposição a violência interparental por parte dos

participantes, e quais as representações atuais acerca das experiências passadas no seio da sua família de origem com ambas as figuras parentais.

II. Questionário de Esquemas (QE)

De acordo com a teoria dos esquemas, estes resultam de experiências relevantes do passado que conduziram à formação de uma determinada visão de si e do mundo. Estas experiências são dotadas de maior significado quanto mais cedo ocorrerem na vida do indivíduo, quanto maior a intensidade dos afetos envolvidos e tendo em conta a importância para a criança dos intervenientes presentes nessas situações (Young, 1990; Young & Lindermann, 1992; Rijo, 2000).

De forma a aceder a estas estruturas de pensamento presentes nos sujeitos, compreendendo a sua funcionalidade de acordo com as suas experiências passadas evidenciadas pelo QHF, e de modo a estabelecer uma compreensão e relação entre ambas, foi aplicada a versão portuguesa do Questionário de Esquemas de Young (QE, 1989), cuja tradução e adaptação foram desenvolvidas por Gouveia e Robalo (1994).

O QE consiste num instrumento de auto-resposta, assente numa escala de *likert* com pontuação de 1 a 6, em que 1 significa “Não descreve de maneira nenhuma a minha maneira de ser, e 6 indica que “Descreve de um modo muitíssimo característico a minha maneira de ser, acontece constantemente”. Constituído por um total de 123 itens, o QE agrupa 15 esquemas maladaptativos precoces, considerando-se apenas os itens cuja pontuação for de 5 ou 6, nomeadamente: Dependência (e.g. “Não consigo fazer a minha vida sem a ajuda dos outros”), Subjugação/falta de individuação (e.g. “Ponho os interesses dos outros antes dos meus”), Vulnerabilidade ao mal e à doença (e.g. “Não consigo deixar de sentir que alguma coisa de mal está para acontecer”), Medo de perder o autocontrolo (e.g. “Tenho medo de perder o controlo sobre as minhas ações”), Privação emocional (e.g. “Não consigo o amor e a atenção suficientes”), Abandono/perda (e.g. “Estou destinado a ficar só o resto da minha vida”), Abuso/desconfiança (e.g. “Tenho que me proteger dos ataques e das desconsiderações”), Isolamento social (e.g. “Sinto-me desajustado”), Imperfeição/Defeito (e.g. “Sou fundamentalmente uma pessoa cheia de imperfeições e defeitos”), Indesejabilidade social (e.g. “Não consigo manter uma conversa interessante”), Incompetência/Fracasso (e.g. “Nunca faço as coisas tão bem como os outros”), Culpa (e.g. “No fundo sou uma má pessoa”), Vergonha/Embaraço (e.g. “Sinto-me envergonhado pelos meus defeitos”), Padrões Elevados de Realização (e.g. “Luto por manter quase tudo numa ordem perfeita”) e Ausência de limites (e.g. “Tenho

dificuldades em aceitar um não como resposta quando quero alguma coisa dos outros”) (Young, Klosko & Weishaar, 2003).

III. Inventário de Mecanismos de Defesa (DMI)

Este instrumento de Ihilevich e Gleser (1986), com adaptação portuguesa de Justo (2009), teve por base estudos compreensivos da psicopatologia, bem como a personalidade e suas diversas configurações. Tendo em conta que o indivíduo utiliza determinados mecanismos que lhe permitem a adaptação face às situações adversas, o tipo de defesas que utiliza fornece informação essencial à compreensão do seu funcionamento interno e modelo relacional compreendendo as suas experiências passadas. De acordo com Blatt e Shichman (1990), estes processos defensivos podem assumir um caráter evitante, procurando salvaguardar o sujeito face ao reconhecimento dos seus conflitos interpessoais, ou de oposição, direcionando e transformando estes conflitos em experiências aceitáveis e construtivas na sua vivência pessoal (Campos, Besser & Blatt, 2011).

Contrariamente a muitos investigadores que procuram uma classificação minuciosa dos mecanismos de defesa, Ihilevich e Gleser (1986), afirmam que o que realmente importa não é o tipo de defesas utilizadas, mas sim a rigidez com que se manifestam e a dimensão de distorção da realidade. Desta forma, e para a elaboração do DMI, os autores tiveram em conta a resposta emocional do indivíduo face a um determinado problema e a sua reação comportamental propriamente dita.

O Inventário de Mecanismos de Defesa consiste num instrumento de avaliação de resposta fechada a um conjunto de situações do quotidiano, apresentadas sob a forma de conflito. O instrumento possui duas versões (uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino), onde perante uma situação problema, o sujeito seleciona a resposta que mais se aproxima da sua reação emocional e comportamental (colocando um M) e a resposta que mais se afasta da sua reação emocional e comportamental (colocando um L), pontuando, neste caso, 0 nas opções não selecionadas, 1 nas selecionadas como as que mais se afastam das suas reações, e 2 nas respostas assumidas como mais próximas das suas reações. Os problemas retratados no DMI estão agrupados de forma a avaliar cinco tipos de defesas globais: Virar-se Contra o *Self* (TAS), Virar-se Contra o Objeto (TAO), Projeção (PRO), Defesas com Recurso à Intelectualização (PRN) e Reversão (REV) (Campos et al., 2011).

O TAS retrata a tendência do indivíduo para resolver conflitos psicológicos dirigindo comportamentos agressivos, sentimentos ou fantasias contra o próprio *self*.

Por oposição, o TAO representa um tipo de defesa onde o indivíduo usa a agressão para alcançar o poder psicológico sobre o outro numa determinada situação. Por sua vez, a PRO envolve a atribuição de qualidades indesejadas do *self* ao outro, na ausência de evidências válidas para tal. A PRN acessa à tendência do indivíduo para transformar um conflito numa lição que pode ser aprendida para outras experiências igualmente frustrantes. Por fim, a REV mede a inclinação do indivíduo para desvalorizar os aspetos negativos de uma dada situação, conferindo-lhe um significado positivo ou neutro (Campos et al., 2011).

9.3 Implicações

A utilização dos instrumentos de avaliação supra referidos levantou algumas implicações importantes a serem consideradas no presente estudo. Muitas delas prendem-se com a indisponibilidade dos sujeitos para revelar as suas histórias familiares, nomeadamente a existência de violência entre as figuras parentais ou a própria vitimação. Tendo em conta a dificuldade emocional e as defesas internas do indivíduo, levou a que muitos sujeitos se recusassem a participar no estudo, de certa forma negando vivenciar memórias traumáticas ou pelo simples facto de o considerarem demasiado intrusivo (principalmente o QHF; Monteiro & Maia, 2008).

Relativamente àqueles que aceitaram participar põe-se em causa a veracidade das suas respostas pressupondo a desejabilidade social e a incapacidade para assumir tais vivências. De forma a contornar estes aspetos, o assegurar do sigilo das respostas através do envelope selado pareceu transmitir alguma segurança aos participantes e garantir um maior número de respostas.

9.4 Procedimentos de recolha de dados

A amostra foi coletada de forma não probabilística (amostra de conveniência; Garson, 2012). A recolha dos dados decorreu em contexto convencional e académico, de forma individual e coletiva. Os objetivos e instruções do estudo foram divulgados atempadamente aos participantes através do consentimento informado (Anexo A), tendo-lhes sido indicado tratar-se de um estudo sobre memórias de infância e funcionamento atual. Foi-lhes garantida a confidencialidade dos dados fornecidos e entregue um envelope devidamente reconhecido pelo selo da Universidade de Évora, a selar após a resposta aos questionários (sem qualquer elemento identificativo dos sujeitos com a exceção da variável género). Inicialmente foi requerido aos participantes que respondessem a uma ficha de dados demográficos com fins única e exclusivamente académicos (Anexo B).

De modo a não comprometer a participação dos sujeitos no estudo, optou-se por não se questionar diretamente quanto à eventualidade de terem sido expostos a violência interpaparental. Para obter esta informação, elaborou-se os seguintes critérios de seleção:

- a) Ter sido exposto a violência física entre as figuras parentais pelo menos 1 vez (QAF, itens 35 e 36);
- b) Ter sido exposto a ameaças verbalizadas entre as figuras parentais no mínimo de 2 a 5 vezes (QAF, itens 33 e 34);
- c) Frequência de pais alcoolizados ou sob efeito de drogas (muitas vezes), com alguma regularidade de fortes discussões entre eles, cerca de 1 a 2 vezes por mês (QAF, itens 39, 40 e 23);
- d) Presença de problemas mentais ou emocionais em um ou ambas as figuras parentais, com alguma regularidade de fortes discussões entre elas, cerca de 1 a 2 vezes por mês (QAF, itens 49, 50 e 23);
- e) Ter sido exposto a discussões fortes e regulares entre as figuras parentais mais de 1 vez por semana (QAF, item 23).

9.5 Procedimentos de análise dos dados

Para tratamento e análise dos dados recolhidos recorreu-se ao IBM SPSS Statistics (*Statistical Package for Social Sciences*) for Windows (version 20.0). Procedeu-se primeiramente à eliminação dos sujeitos que não reuniam as condições necessárias inerentes ao estudo, nomeadamente com idade inferior a 20 anos ou superior a 40 anos, e com um total de respostas insuficiente ou irregulares para a validação das mesmas. Posto isto, partiu-se para o preenchimento dos valores omissos através do método *expectation-maximization*. O algoritmo EM é uma forma de estimação de parâmetros aplicável quando existem parâmetros não diretamente observáveis. Nestes casos, a estimação é efetuada de forma iterativa, incluindo procedimentos de média e de maximização (Field, 2005). Este processo teve como objetivo diminuir a exclusão de sujeitos de forma a não comprometer a amostra coletada.

Posteriormente, efetuou-se a recodificação inversa dos itens 17, 18, 19, 23, 24, 26 e 37 referentes ao Questionário de Cuidados Paternos e Questionário de Cuidados Maternos (e.g. p17_inv), e dos itens 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50 relativos ao Questionário do Ambiente Familiar (e.g. af21_inv). Após a recodificação dos itens, procedeu-se à

categorização das subescalas de acordo com os fatores correspondentes aos três Questionários do QHF (Monteiro & Maia, 2008), aos esquemas do QE (Gouveia & Robalo, 1994) e aos mecanismos de defesa do DMI (Justo, 2009). Em seguida foram analisadas as variáveis sociodemográficas de forma de caracterizar a amostra recolhida.

Para verificar a consistência interna dos instrumentos utilizados, calculou-se para cada um deles os valores do coeficiente de *alpha de Cronbach* (α) através do método estatístico da análise da fiabilidade (*reliability*) (Field, 2005; Marôco & Garcia-Marques, 2006). Como o valor do *alpha de Cronbach* correspondente ao Questionário do Ambiente Familiar apresentava uma fiabilidade reduzida ($\alpha=.54$), partiu-se para o pressuposto de averiguação da correlação inter-itens, variância e valores de *alpha* caso exista exclusão de itens (Marôco & Garcia-Marques, 2006). Sendo que os itens correspondentes à variável “Ausência de Tarefas Domésticas” reduzem o valor do *alpha*, mostrando-se pouco correlacionada com os restantes itens da escala (-.053), e considerando-se esta variável prescindível ao estudo, procedeu-se à sua eliminação, acrescendo, desta forma, o *alpha de Cronbach* para $\alpha=.74$, garantido uma maior fiabilidade e consistência interna.

Foram ainda efetuadas análises correlacionais através do método de Pearson (r) com o intuito de compreender a relação entre as variáveis, tendo sempre em conta que uma correlação mede pura e simplesmente a associação entre variáveis sem qualquer implicação de causa e efeito entre ambas (Marôco, 2011). Também com o objetivo de testar as hipóteses formuladas, utilizou-se a técnica estatística do *t-test* para comparação de médias entre grupos independentes (sujeitos expostos a EVI e sujeitos não expostos a EVI).

10. Resultados

10.1 Estudo das Características Psicométricas dos Instrumentos

10.1.1 Consistência Interna

A análise da consistência interna traduz-se na proporção de variabilidade das respostas que resulta da existência de diferenças entre os inquiridos. Isto é, o coeficiente fornece informações acerca do tipo de associação das variáveis. O *alpha de Cronbach* (α) consiste num instrumento de investigação da fiabilidade de uma medida, permitindo o estudo da consistência interna e a precisão do instrumento (Field, 2005; Marôco & Garcia-Marques, 2006; Marôco, 2011). O índice α estima quão uniformemente os itens contribuem para a soma não ponderada de uma medida, variando numa escala de 0 a 1 (Marôco & Garcia-Marques, 2006).

Relativamente ao QHF, o valor do coeficiente de *alpha de Cronbach* obtido encontra-se dentro do valor esperado para as três escalas, com valores do $\alpha=.86$ no Questionário de Cuidados Maternos, $\alpha=.87$ no Questionário de Cuidados Paternos e $\alpha=.74$ no Questionário do Ambiente Familiar. Estes valores aproximam-se dos obtidos por Monteiro e Maia (2010) que constataram bons resultados sobre o mesmo, com valores do *alpha de Cronbach* de .95 (Questionário de Cuidados Paternos), .94 (Questionário de Cuidados Maternos) e .84 (Questionário do Ambiente Familiar). Apesar do *alpha de Cronbach* do QAF ser inferior a .75, segundo alguns autores, pode-se considerar a fiabilidade do instrumento aceitável (e.g. Field, 2005; Marôco & Garcia-Marques, 2006).

Quanto ao QE, segundo os estudos de precisão desenvolvidos em volta do instrumento, é possível afirmar que este possui uma boa consistência interna, apresentando um $\alpha=.92$, valor este bastante próximo do obtido por Gouveia e Robalo (1997) de .83 e .96 com uma média de .90, e uma validade de teste-reteste de .50 a .82 com uma média de .76 (Rijo 2000).

Em relação ao DMI, o valor de α auferido apresentou-se um pouco inferior ao esperado, sendo de .60. De acordo com Marôco e Garcia-Marques (2006) um $\alpha=.60$ é considerado aceitável desde que os resultados obtidos com esse instrumento sejam interpretados com precaução e tenham em conta o contexto de computação do índice. É importante ter em conta que a mesma medida, quando administrada a uma amostra de sujeitos mais homogêneos ou mais heterogêneos produzirá *scores* com diferentes fiabilidades. Este valor também pode ser explicado pelo facto de não se tratar de uma

escala de pontuação tipo *Likert*, sendo que escalas construídas com esta metodologia normalmente distribuída apresentam valores de α superiores aos associados a distribuições assimétricas (Marôco e Garcia-Marques, 2006). Contrapondo, a versão portuguesa original obteve características psicométricas consideráveis, apresentando um *alpha de Cronbach* variante entre .71 e .86 para as cinco escalas correspondentes às duas versões do instrumento (Campos et al., 2011).

Os valores para o coeficiente de *alpha de Cronbach* dos instrumentos são apresentados no quadro abaixo.

Quadro 3.

Valores do Coeficiente de alpha de Cronbach dos instrumentos

	Questionário de Cuidados Maternos	Questionário de Cuidados Paternos	Questionário do Ambiente Familiar	Questionário de Esquemas	Inventário de Mecanismos de Defesa
<i>alpha de Cronbach (α)</i>	.86	.87	.74	.92	.60

10.2 Análise dos Resultados do *T-test*

Como análise preambular com vista na compreensão sobre a existência de diferenças entre os grupos, realizou-se o *t-test* para comparação de médias. Com base nas evidências apresentadas, verifica-se que em ambos os grupos (expostos a violência interparental e não expostos a violência interparental) a média referente aos cuidados maternos situa-se nos valores entre 3 e 4 (num continuum de 1 a 5), correspondendo a um bom funcionamento relacional.

No que toca ao grupo que referiu ter sido exposto a violência interparental, o valor mais elevado corresponde à subescala Aceitação e Expressão de Afeto Materno, tendo-se obtido uma média de $m=3.91$. Por sua vez, o grupo que manifestou não ter sido exposto a violência interparental revelou uma média de $m=4.48$ referente à mesma subescala. No que toca à subescala menos pontuada, Responsividade e Diálogo Materno, ambos os grupos coincidem novamente apresentando uma média de $m=3.12$ e $m=3.77$, respetivamente. Estes resultados podem ser analisados de forma mais detalhada no Quadro 4.

Quadro 4.

Estatística descritiva de Cuidados Maternos relativa aos sujeitos expostos e não-expostos a violência interparental (Escala de pontuação 1 a 5)

Cuidados Maternos				
	EVI (sim)		EVI (não)	
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão
Aceitação e Expressão de Afeto Materno	3,91	0,87	4,48	0,59
Responsividade e Diálogo Materno	3,12	1,05	3,77	0,77
Envolvimento Educacional Materno	3,45	1,02	4,05	0,65
Respeito Físico e Emocional Materno	3,84	0,87	4,24	0,66
Índice Global	M=3,58	DP=0,95	M=4,13	DP=0,66

Relativamente aos cuidados paternos, constata-se que as médias relativas aos sujeitos expostos a violência interparental apresentam-se ligeiramente inferiores, comparativamente às do segundo grupo (cf., Quadro 5.). Porém, os valores não se distanciam significativamente variando entre 2 e 4. Tendo em conta o índice global, o grupo EVI (sim) reflete um funcionamento relacional razoável ($m=2.91$) e o grupo EVI (não) apresenta um bom funcionamento relacional ($m=3.78$).

Curiosamente ambos os grupos evidenciam valores mais elevados na subescala Respeito Físico e Emocional Paterno (EVI – sim $m=3.86$ e EVI – não $m=4.48$) e valores mais baixos na subescala Responsividade e Diálogo Paterno. Como se pode verificar no Quadro 5, aqui a Aceitação e Expressão de Afeto Parental ocupa o 2º valor mais elevado, comparativamente ao 1º lugar ocupado no Questionário de Cuidados Maternos.

Quadro 5.

Estatística descritiva de Cuidados Paternos relativa aos sujeitos expostos e não-expostos a violência interparental (Escala de pontuação 1 a 5)

Cuidados Paternos				
	EVI (sim)		EVI (não)	
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão
Aceitação e Expressão de Afeto Paterno	2,83	1,10	3,90	1,03
Responsividade e Diálogo Paterno	2,17	0,98	3,32	1,10
Envolvimento Educacional Paterno	2,80	1,17	3,42	1,08
Respeito Físico e Emocional Paterno	3,86	0,85	4,48	0,66
Índice Global	M=2,91	DP=1,02	M=3,78	DP=0,96

Para além dos Cuidados Parentais, analisaram-se as médias respeitantes ao Ambiente Familiar. De acordo com o índice global obtido para cada um dos grupos, considera-se para os dois a existência de um bom funcionamento familiar com valores a variar entre 3 e 5. Relativamente às subescalas não se demonstram diferenças significativas, verificando-se mais uma vez uma variância de oscilação coincidente. Ambos os grupos apresentam valores médios elevados na subescala Ausência de Abuso de Substâncias Parental (EVI – sim $m=4.42$ e EVI – não $m=4.92$) e valores médios mais baixos na subescala Apoio Social Infantil e Expressão Emocional Familiar (EVI – sim $m=3.03$ e EVI – não $m=3.71$).

É de salientar que apesar de o grupo EVI (sim) referir ter sido exposto a discussões, violência física e/ou ameaças frequentes entre as figuras parentais, o resultado da subescala Cuidado Físico e Relacionamento Parental Não-violento apresenta-se, tal como no grupo EVI (não) $m=4.88$, bastante positivo ($m=4.07$). É possível conceber esta análise a partir do Quadro 6.

Quadro 6.

Estatística descritiva do Ambiente Familiar relativa aos sujeitos expostos e não-expostos a violência interparental (Escala de pontuação de 1 a 5)

Ambiente Familiar				
	EVI (sim)		EVI (não)	
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão
Ausência de Abuso de Substâncias Parental	4,42	0,65	4,92	0,23
Coligação Parental e Ajustamento Psicológico Parental	3,14	0,71	4,26	0,39
Cuidado Físico e Relacionamento Parental Não-violento	4,07	0,70	4,88	0,17
Apoio Social Infantil e Expressão Emocional Familiar	3,03	0,85	3,71	0,76
Controlo Parental	3,47	0,76	3,79	0,47
Índice Global	M=3,62	DP=0,73	M=4,31	DP=0,40

Para além do supra-referido, aplicou-se o mesmo método estatístico para a análise e comparação de médias dos esquemas maladaptativos dos dois grupos em estudo. Como se pode verificar no Quadro 7, o valor médio mais elevado obtido pelo grupo EVI (sim) é de $m=3.21$ correspondente ao esquema Padrões Elevados de Realização. É de ressaltar os esquemas Abandono/Perda ($m=2.73$), Vulnerabilidade ao mal/perigo ($m=2.63$) e Ausência de Limites ($m=2.45$) com valores médios aproximados. O esquema maladaptativo Incompetência/fracasso apresenta o valor médio mais baixo para este grupo ($m=1.61$). Comparativamente, o valor médio mais elevado obtido pelo grupo EVI (não) é de $m=2.83$ e, assim como o primeiro grupo, corresponde ao esquema Padrões Elevados de Realização. Também o esquema Incompetência/fracasso evidencia o valor médio inferior.

Quadro 7.

Estatística descritiva dos Esquemas Maladaptativos relativos aos sujeitos expostos e não-expostos a violência interpaparental (Escala de pontuação de 1 a 6)

Esquemas Maladaptativos				
	EVI (sim)		EVI (não)	
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão
Dependência	2,08	1,01	1,73	0,67
Subjugação/falta de individualização	2,38	0,68	2,12	0,78
Vulnerabilidade ao mal/perigo	2,63	0,98	2,13	0,79
Medo de perder o controle	2,17	0,97	1,75	0,77
Privação emocional	1,75	0,99	1,31	0,61
Abandono/perda	2,73	1,07	2,27	0,98
Desconfiança	2,33	1,04	1,78	0,64
Isolamento social/alienação	1,88	1,06	1,44	0,66
Defeito	1,65	1,05	1,27	0,48
Indesejabilidade social	1,73	0,84	1,36	0,43
Incompetência/fracasso	1,61	0,82	1,26	0,43
Culpa/castigo	1,75	0,83	1,43	0,47
Vergonha/embaraço	1,81	0,97	1,40	0,48
Padrões elevados de realização	3,21	1,04	2,83	1,08
Ausência de limites	2,45	0,94	2,33	1,08

Ainda através da análise estatística *t-test*, efetuou-se a comparação de médias entre os grupos no que respeita à utilização dos mecanismos de defesa (cf., Quadro 8). Do ponto vista geral, ambos os grupos apresentam valores médios próximos, mais elevados no mecanismo de defesa Reversão (EVI – sim $m=2.63$ e EVI – não $m=2.13$) e mais baixos nos mecanismos de defesa com Recurso à Intellectualização (EVI – sim $m=1.75$ e EVI – não $m=1.31$). Enfatiza-se ainda a defesa Virar-se Contra o

Objeto pelos seus valores elevados aproximados (EVI – sim $m=2.38$ e EVI – não $m=2.12$). É possível perceber através dos resultados obtidos que tanto o grupo EVI (sim) como o grupo EVI (não) utilizam com maior grau de intensidade os mecanismos de defesa Reversão e Virar-se Contra o Objeto e com menor intensidade as Defesas com Recurso à Intelektualização, não apresentando diferenças a sublinhar.

Quadro 8.

Estatística descritiva dos Mecanismos de Defesa relativos aos sujeitos expostos e não-expostos a violência interpapental (Escala de pontuação de 0 a 2)

Mecanismos de Defesa				
	EVI (sim)		EVI (não)	
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão
Virar-se contra o <i>self</i>	2,08	1,01	1,73	0,67
Virar-se contra o objeto	2,38	0,68	2,12	0,78
Reversão	2,63	0,98	2,13	0,79
Projeção	2,17	0,97	1,75	0,77
Defesas com recurso à intelectualização	1,75	0,99	1,31	0,61

10.3 Análise das Correlações

10.3.1 Análise das Correlações entre as subescalas Aceitação e Expressão de Afeto Parentais e a escala Esquemas Maladaptativos

Foram realizados estudos correlacionais entre as subescalas Aceitação e Expressão de Afeto Parentais do QHF (Monteiro & Maia, 2008) e a escala referente aos Esquemas Maladaptativos (Gouveia & Robalo, 1994), de modo a verificar se a existência de esquemas maladaptativos se correlaciona positivamente com a aceitação e expressão de afeto relativamente às suas figuras parentais.

Os resultados obtidos (cf., Quadro 9) no estudo das correlações entre os esquemas maladaptativos e a subescala Aceitação e Expressão de Afeto Materno, apontam para uma correlação significativa no que respeita ao esquema Dependência ($r=-.17$, $p<.05$), e uma correlação muito significativa relativamente ao esquema Subjugação/Falta de Individualização ($r=-.23$, $p<.01$). O mesmo acontece na correlação entre a subescala referida e o esquema Vulnerabilidade ao Mal e ao Perigo ($r=-.30$,

$p < .01$). Ainda que menos significativa, existe também uma correlação positiva da subescala com o esquema Medo de Perder o Controle ($r = -.20$, $p < .05$), e mais significativamente com o esquema Privação Emocional ($r = -.24$, $p < .01$).

São também estabelecidas correlações muito significativas relativamente aos esquemas Abandono/Perda ($r = -.30$, $p < .01$), Desconfiança ($r = -.28$, $p < .01$) e Isolamento Social/Alienação ($r = -.22$, $p < .01$). No que toca ao esquema Defeito, não se verifica uma correlação significativa com a subescala de Aceitação e Expressão de Afeto Materno ($r = -.13$, $p < .05$). Para além deste, também os esquemas Culpa/Castigo ($r = -.06$, $p < .05$), Vergonha/Embaraço ($r = -.15$, $p < .05$) e Ausência de Limites ($r = -.16$, $p < .05$) não evidenciam de igual forma correlações significativas com a subescala anteriormente referida. Por fim, é possível afirmar que existe uma correlação significativa no que se refere aos esquemas Indesejabilidade Social ($r = -.16$, $p < .05$) e Incompetência/Fracasso ($r = -.16$, $p < .05$) e muito significativa quanto ao esquema Padrões Elevados de Realização ($r = -.26$, $p < .01$).

Relativamente aos resultados obtidos no estudo das correlações entre os esquemas maladaptativos e a subescala Aceitação e Expressão de Afeto Paterno, verificam-se correlações significativas correspondentes aos esquemas Subjugação/Falta de Individualização ($r = -.18$, $p < .05$), Medo de Perder o Controle ($r = -.20$, $p < .05$), Abandono e Perda ($r = -.19$, $p < .05$), Desconfiança ($r = -.20$, $p < .05$) e Isolamento Social/Alienação ($r = -.16$, $p < .05$). Contrariamente a estes resultados, os esquemas Dependência ($r = -.07$, $p < .01$), Vulnerabilidade ao Mal e ao Perigo ($r = -.01$, $p < .01$), Padrões Elevados de Realização ($r = -.10$, $p < .01$) e Ausência de Limites ($r = -.18$, $p < .01$) não apresentam correlações significativas. Não obstante, as correlações mais significativas com a subescala Aceitação e Expressão de Afeto Paterno evidenciam-se nos esquemas Privação Emocional ($r = -.23$, $p < .01$), Defeito ($r = -.21$, $p < .01$), Indesejabilidade Social ($r = -.23$, $p < .01$), bem como nos esquemas Incompetência/Fracasso ($r = -.25$, $p < .01$), Culpa/castigo ($r = -.23$, $p < .01$) e Vergonha/Embaraço ($r = -.25$, $p < .01$).

Quadro 9.

Correlações entre as subescalas Aceitação e Expressão de Afeto Parentais e a escala de Esquemas Maladaptativos

Esquemas Maladaptativos	Aceitação e Expressão de Afeto Materno	Aceitação e Expressão de Afeto Paterno
Dependência	-.17*	-.07
Subjugação/Falta de Individuação	-.23**	-.18*
Vulnerabilidade ao Mal e ao Perigo	-.30**	-.01
Medo de Perder o Controlo	-.20*	-.20*
Privação Emocional	-.24**	-.23**
Abandono/Perda	-.30**	-.19*
Desconfiança	-.28**	-.20*
Isolamento Social/Alienação	-.22**	-.16*
Defeito	-.13	-.21**
Indesejabilidade Social	-.16*	-.23**
Incompetência/Fracasso	-.16*	-.25**
Culpa/Castigo	-.06	-.23**
Vergonha/Embaraço	-.15	-.25**
Padrões Elevados de Realização	-.26**	-.10
Ausência de Limites	-.16	-.18

Nota: N=144

* $p < .05$; ** $p < .01$

10.3.2 Análise das Correlações entre a subescala Cuidado Físico e Relacionamento Parental Não-violento e a escala de Esquemas Maladaptativos

Uma vez que se pretende avaliar as representações da violência interparental vivida na infância e o modelo relacional atual, efetuou-se também o estudo correlacional entre subescala Cuidado Físico e Relacionamento Parental Não-violento do QHF (Monteiro & Maia, 2008) e a escala de Esquemas Maladaptativos (Gouveia & Robalo, 1994).

Como se pode observar no Quadro 10, a subescala referente à violência parental apresenta uma correlação muito significativa com o esquema Desconfiança ($r = -.31$, $p < .01$). Os esquemas Dependência ($r = -.17$, $p < .05$), Vulnerabilidade ao Mal e ao Perigo ($r = -.16$, $p < .05$), Abandono/Perda ($r = -.18$, $p < .05$), Isolamento

Social/Alienação ($r=-.20$, $p<.05$) e Padrões Elevados de Realização ($r=-.18$, $p<.05$) apresentam-se significativamente correlacionados com a subescala envolvida, no entanto não se verificam correlações significativas entre os restantes esquemas maladaptativos.

Quadro 10.

Correlações entre a subescala Cuidado Físico e Relacionamento Parental Não-violento e a escala de Esquemas Maladaptativos

Esquemas Maladaptativos	Cuidado Físico e Relacionamento Parental
	Não-violento
Dependência	-.17*
Subjugação/Falta de Individualização	-.06
Vulnerabilidade ao Mal e ao Perigo	-.16*
Medo de Perder o Controlo	-.15
Privação Emocional	-.16
Abandono/Perda	-.18*
Desconfiança	-.31**
Isolamento Social/Alienação	-.20*
Defeito	-.12
Indesejabilidade Social	-.12
Incompetência/Fracasso	-.12
Culpa/Castigo	-.05
Vergonha/Embaraço	-.13
Padrões Elevados de Realização	-.18*
Ausência de Limites	-.10

Nota: N=144

* $p < .05$; ** $p < .01$

10.3.3 Análise das Correlações entre a subescala Exposição a Violência Interparental e a escala de Esquemas Maladaptativos

Foi também realizado o estudo das correlações entre a variável Exposição a Violência Interparental e a escala de Esquemas Maladaptativos (Gouveia & Robalo, 1994), uma vez que é importante explorar a relação entre estes dois fatores. Curiosamente, a maior parte dos esquemas correlacionam-se positivamente com a EVI. De acordo com os resultados apresentados no Quadro 11, verificam-se correlações muito significativas entre os esquemas Vulnerabilidade ao Mal e ao Perigo

($r=-.27$, $p<.01$), Medo de Perder o Controlo ($r=-.23$, $p<.01$), Privação Emocional ($r=-.26$, $p<.01$), Desconfiança ($r=-.30$, $p<.01$), Isolamento Social/Alienação ($r=-.24$, $p<.01$), Defeito ($r=-.23$, $p<.01$) e a Exposição a Violência Interparental. Para além destes, também os esquemas Indesejabilidade Social ($r=-.26$, $p<.01$), Incompetência/Fracasso ($r=-.26$, $p<.01$), Culpa/Castigo ($r=-.23$, $p<.01$) e Vergonha/Embaraço ($r=-.27$, $p<.01$) apresentam correlações muito significativas com a variável em estudo.

Evidenciam-se ainda correlações significativas nos esquemas Dependência ($r=-.20$, $p<.05$), Subjugação/Falta de Individuação ($r=-.17$, $p<.05$), Abandono/Perda ($r=-.21$, $p<.05$) e Padrões Elevados de Realização ($r=-.17$, $p<.05$). Destaca-se, por fim, o esquema Ausência de Limites ($r=-.05$, $p<.01$), tratando-se do único que não se correlaciona com significância relativamente à EVI.

Quadro 11.

Correlações entre Exposição a Violência Interparental e a escala de Esquemas Maladaptativos

Esquemas Maladaptativos	Exposição a Violência Interparental
Dependência	-.20*
Subjugação/Falta de Individuação	-.17*
Vulnerabilidade ao Mal e ao Perigo	-.27**
Medo de Perder o Controlo	-.23**
Privação Emocional	-.26**
Abandono/Perda	-.21*
Desconfiança	-.30**
Isolamento Social/Alienação	-.24**
Defeito	-.23**
Indesejabilidade Social	-.26**
Incompetência/Fracasso	-.26**
Culpa/Castigo	-.23**
Vergonha/Embaraço	-.27**
Padrões Elevados de Realização	-.17*
Ausência de Limites	-.05

Nota: N=144

* $p < .05$; ** $p < .01$

10.3.4 Análise das Correlações entre a variável Exposição a Violência Interparental e a escala de Mecanismos de Defesa

De forma a perceber a existência de relação entre a Exposição a Violência Interparental vivida na infância e o modelo defensivo atual, realizou-se do mesmo modo o estudo correlacional entre a variável EVI e a Escala de mecanismos de Defesa (Justo, 2009). Opostamente aos resultados obtidos no estudo correlacional referente aos esquemas maladaptativos, nesta análise não é possível estabelecer relações entre os fatores, na medida em que não se verificam correlações significativas (cf., Quadro 12).

Quadro 12.

Correlações entre Exposição a Violência Interparental e a escala de Mecanismos de Defesa

Mecanismos de Defesa	Exposição a Violência Interparental
Virar-se Contra o <i>Self</i>	.01
Virar-se Contra o Objeto	-.03
Reversão	.01
Projeção	.04
Defesas com Recurso à Inteleltualização	.05

Nota: N=144

* $p < .05$; ** $p < .01$

10.3.5 Análise das Correlações entre as subescalas Aceitação e Expressão de Afeto Parentais e a escala Mecanismos de Defesa

Embora não se tenham evidenciado correlações significativas entre a EVI e os Mecanismos de Defesa, o estudo correlacional referente às subescalas de Aceitação e Expressão de Afeto parentais, sugerem resultados distintos (cf., Quadro 13). Se, por um lado, a subescala correspondente à Aceitação e Expressão de Afeto Materno não apresenta resultados significativos, no que concerne à subescala de Aceitação e Expressão de Afeto Paterno, verificam-se correlações muito significativas com as defesas Virar-se Contra o *Self* ($r = -.22, p < .01$) e Reversão ($r = .26, p < .01$).

Quadro 13.

Correlações entre as subescalas Aceitação e Expressão de Afeto Parentais e Mecanismos de Defesa

Mecanismos de Defesa	Aceitação e Expressão de Afeto Materno	Aceitação e Expressão de Afeto Paterno
Virar-se Contra o <i>Self</i>	.00	-.22**
Virar-se Contra o Objeto	-.10	-.09
Reversão	.01	.26**
Projeção	-.07	-.04
Defesas com Recurso à Inteletualização	.16	.07

Nota: N=144

* $p < .05$; ** $p < .01$

10.3.6 Análise das Correlações entre a variável Exposição a Violência Interparental e a subescala Aceitação e Expressão de Afeto Parentais

Por fim, realizou-se o estudo das correlações entre a variável EVI e as subescalas Aceitação e Expressão de Afeto parentais de modo a avaliar, de uma forma geral, a existência de relações entre os fatores, destacando pela sua relevância as duas figuras parentais.

Tal como se pode analisar no Quadro 14, para além de ambas as subescalas apresentarem valores altamente significativos, no que se refere à variável em estudo verifica-se que a subescala respeitante ao Afeto Paterno ($r=.44$, $p<.01$) evidencia uma correlação mais significativa do que a subescala correspondente ao Afeto Materno ($r=.36$, $p<.01$).

Quadro 14.

Correlações entre a variável Exposição a Violência Interparental e as subescalas Aceitação e Expressão de Afeto Parentais

	Aceitação e Expressão de Afeto Materno	Aceitação e Expressão de Afeto Paterno
EVI	.36**	.44**

Nota: N=144

* $p < .05$; ** $p < .01$

11. Estudo das Hipóteses

Através dos procedimentos estatísticos realizados, teste-*t* para comparação de médias e Correlação de Pearson (*r*), com base nos resultados obtidos, procedeu-se ao estudo das hipóteses:

H1: *Não existem diferenças significativas entre os sujeitos que foram expostos a violência interparental, uma ou mais vezes durante o seu desenvolvimento, e aqueles que não vivenciaram esta experiência, no que respeita:*

a) *À utilização de esquemas maladaptativos.*

H2: b) *À utilização de mecanismos de defesa.*

Para testar a primeira hipótese, recorreu-se à estatística descritiva das médias dos dois grupos relativamente à escala de Esquemas. Como se pode observar no Quadro 7, as médias dos dois grupos aproximam-se, ambas superiores no esquema Padrões Elevados de Realização (EVI(sim) M=3.21; EVI(não) M=2.83) e inferiores no esquema Incompetência/fracasso (EVI(sim) M=1.61; EVI(não) M=1.26).

Do ponto de vista dos mecanismos de defesa (cf., Quadro 8), também se verifica concordância, apontando valores próximos entre os dois grupos, com valores mais elevados na defesa Reversão (EVI(sim) M=2.63; EVI(não) M=2.13) e mais baixos nas Defesas com Recurso à intelectualização (EVI(sim) M=1.75; EVI(não) M=1.31).

Deste modo, uma vez que não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos EVI (sim) e EVI (não) no que respeita à utilização de esquemas maladaptativos e mecanismos de defesa, confirmam-se H1 e H2.

H3: *Também não existem diferenças significativas entre os sujeitos que foram expostos a violência interparental, uma ou mais vezes durante o seu desenvolvimento, e aqueles que não vivenciaram esta experiência, no que respeita à representação sobre o seu ambiente familiar.*

Relativamente à terceira hipótese sobre a representação do ambiente familiar, utilizou-se o mesmo método de análise, observando-se a partir do Quadro 6 que a média do índice global desta subescala para ambos os grupos evidencia um bom ambiente familiar com valores a oscilar entre 3 e 5. Assim o grupo EVI (sim) (M=3.62) e o grupo EVI (não) (M=4.31) não apresentam diferenças estatisticamente

significativas no que se refere à representação do seu ambiente familiar. Posto isto, confirma-se H3.

H4: *Existe uma relação de qualidade com pelo menos uma das figuras parentais que funciona como fator de proteção face à adversidade vivida no ambiente familiar.*

Tanto o grupo EVI (sim) (M=3.58) como o grupo EVI (não) (M=4.13), apresentam valores médios situados entre 3 e 4 no que corresponde aos Cuidados Maternos (cf., Quadro 4), caracterizando um bom funcionamento relacional. No que respeita aos Cuidados Paternos (cf., Quadro 5), apesar de um pouco inferiores, os valores médios não se distanciam significativamente entre os dois grupos, variando entre 2 e 4. Tendo em conta o índice global desta subescala, o grupo EVI (sim) reflete um funcionamento relacional razoável (m=2.91) e o grupo EVI (não) apresenta um bom funcionamento relacional (m=3.78).

O valor médio mais baixo corresponde à subescala Cuidados Paternos (M=2.91) no grupo Exposto a violência interparental. Porém, ambos os grupos apresentam pontuações médias positivas correspondentes às duas figuras parentais, refletindo *relações de qualidade com as duas partes*. Contudo os valores respeitantes aos Cuidados Maternos demonstram-se, em ambas as situações, mais elevados do que os valores relativos aos Cuidados Paternos.

Para perceber o papel destas relações na atenuação do impacto da EVI no sujeito, realizaram-se as correlações de Pearson (r). Os resultados demonstraram correlações muito significativas no que toca à aceitação e expressão de afeto parentais e à utilização de determinados esquemas maladaptativos (e.g. Privação Emocional $-.24^{**}$; cf., Quadro 9). Também relativamente às correlações entre as subescalas Cuidado Físico e Relacionamento Parental Não-violento e a utilização de esquemas maladaptativos (cf., Quadro 10), observam-se correlações bastante significativas (e.g. Desconfiança $-.31^{**}$).

Correlacionando ainda os esquemas com a variável Exposição a violência Interparental (cf., Quadro 11), apresentam-se resultados significativos na utilização de todos os esquemas, excepto o esquema Ausência de Limites ($-.05$). No que toca aos mecanismos de defesa e a variável EVI (cf., Quadro 12), não se verificam correlações significativas que permitam estabelecer uma ligação entre ambas. Por sua vez, como se pode analisar no Quadro 13, os mecanismos de defesa quando correlacionados com as subescalas referentes à Aceitação e Expressão de Afeto Parentais, apenas apresentam correlações bastante significativas relativamente à subescala Aceitação e Expressão de Afeto Paterno (e.g. Virar-se contra o *self* $-.22^{**}$). Por fim, evidencia-se

que a variável EVI se correlaciona muito significativamente com ambas as subescalas Aceitação e Expressão de Afeto Materno (.36**) e Aceitação e Expressão de Afeto Paterno (.44**), salientando-se uma relação entre estas variáveis (cf., Quadro 14).

Estes resultados permitem confirmar parcialmente H4.

12. Discussão dos Resultados

Com base no estudo sobre a relevância das representações das experiências vividas na infância no funcionamento atual do indivíduo, tendo como foco a temática da exposição a violência interpaparental, o presente estudo teve como objetivo compreender como é que estas memórias emocionais interferem na formação dos modelos relacionais internos e na organização defensiva do indivíduo. Para além disso, partindo do pressuposto que o sujeito se modifica ao longo da vida nas relações que estabelece (Cozolino, 2010), no conjunto de experiências que vivencia e nos significados que lhes atribui (Mesquita, 2014), procurou-se questionar a frequente ligação de causa efeito entre experiências de exposição a violência interpaparental e desajustamento futuro tão vincada ao longo do tempo pelas várias correntes teóricas.

De modo a responder a estas questões, procedeu-se à comparação entre dois grupos selecionados a partir de uma amostra de 144 participantes. Um grupo representante dos sujeitos que foram expostos a violência interpaparental (EVI-sim), e outro daqueles que não passaram por esta experiência (EVI-não). Antes de mais, destaca-se que, contrariamente ao esperado, existe um número bastante elevado de acontecimentos de EVI relatados a partir da amostra recolhida (43.1%), quase metade do universo em estudo. Este facto reforça o conceito de que, muitas vezes, estes acontecimentos são mantidos em sigilo, por vergonha ou por medo (Sani, 1999; Coutinho e Sani, 2008). A acrescentar, percebe-se que é uma problemática que tem vindo a perdurar no tempo, pois as várias faixas etárias (entre os 20 e os 40 anos) se enquadraram neste grupo.

Como ponto de partida, procurou-se perceber a existência de diferenças entre os dois grupos no que respeita à utilização de esquemas maladaptativos. Indo de encontro à primeira hipótese colocada, os resultados indicam que não existem diferenças neste aspeto entre os grupos e que ambos apresentam semelhanças no tipo de esquemas que evidenciam. Ressalta-se a predominância do esquema Padrões Elevados de Realização tanto no grupo EVI (sim) como no grupo EVI (não), assim como se destacam os esquemas Abandono/Perda, Ausência de Limites e Vulnerabilidade ao Mal e ao Perigo, pela mesma ordem para ambos os grupos. Todavia, tendo em conta a escala de pontuação (1-6), estes valores não se evidenciam elevados de modo a considerar um funcionamento patológico.

O esquema em predominância pode dever-se à necessidade de afirmação do *self* (Stern, 1988) e ao estabelecimento de expectativas que satisfaçam esta

necessidade. Quanto ao segundo esquema, este pode estar relacionado com falhas no processo vincutivo com as figuras de afeto ao longo do desenvolvimento (Fonagy & Target, 1997; Schore & Schore, 2007). A Ausência de Limites, principalmente no caso do grupo exposto a violência interpaparental, pode ter um significado repercutido das situações presentes no ambiente familiar. Quer isto dizer que, na perspectiva do sujeito, na relação não existem limites que impeçam a incursão do outro, mesmo do ponto de vista psicológico (Osofsky, 2003). Por fim, no que se refere ao esquema Vulnerabilidade ao Mal e ao Perigo, este pode estar relacionado com a Hipótese da Segurança Emocional de Cummings e Davies (1994; 2002), pressupondo que a ausência de uma relação segura e de um ambiente familiar estável põe em causa a auto regulação do *self* e o seu sentimento de segurança emocional. Do ponto de vista do grupo EVI (sim), com um valor médio um pouco mais elevado que o segundo grupo, este esquema pode também surgir das representações construídas a partir das situações adversas anteriormente vivenciadas.

Uma vez que os esquemas são alimentados pelos processos defensivos (Fraiberg, 1992; Young et al., 2003), partiu-se para o estudo comparativo no que concerne aos mecanismos de defesa presentes nos dois grupos. Novamente não foram encontradas diferenças significativas entre os sujeitos. Estes resultados permitiram corroborar a segunda hipótese em estudo, demonstrando concordância relativamente à primeira. Para ambos os grupos a Reversão é a defesa que apresenta valores médios mais elevados. Esta informação constitui-se relevante na medida que envolve a inclinação do sujeito para desvalorizar os aspetos negativos de determinadas situações, atribuindo-lhes um significado positivo ou neutro (Campos, et al., 2011). Estes resultados vão de encontro aos estudos Gewirtz e Edleson (2007) sobre a modificação dos sistemas internos através dos processos de regulação do conceito de *self*, que negociam aquilo que o sujeito absorve de determinadas situações, tal como a perspectiva de Cozolino (2010), que reforça a alteração de narrativas com vista à adaptação do mesmo.

No que diz respeito às representações sobre o ambiente familiar, os resultados também demonstram não existir diferenças significativas entre os grupos, confirmando a hipótese formulada. O índice global obtido para cada um dos grupos encontra-se dentro da dimensão do bom ambiente familiar, na escala de pontuação de 1 a 5, os resultados médios obtidos para o grupo EVI(sim) foram de $M=3.62$ e para o grupo EVI(não) foram de $M=4.31$. Estes resultados são curiosos uma vez que apesar de o grupo EVI (sim) ter referido ter sido exposto a discussões, violência física e/ou ameaças frequentes entre as figuras parentais, o resultado da subescala Cuidado Físico e Relacionamento Parental Não-violento apresenta-se, tal como no grupo EVI

(não) $m=4.88$, bastante positivo ($m=4.07$). Neste sentido, sublinha-se que cada experiência é única, sendo mais ou menos negativa consoante o significado que lhe é atribuído e a relevância que lhe é dada (Coderch, 2009; 2011). Assim, determinados acontecimentos podem não contaminar a representação do ambiente familiar, ou pode haver uma resistência por parte do sujeito na desvalorização desta atmosfera.

É ainda importante referir que os valores mais baixos para ambos os grupos remetem-se à expressão de afeto pois, por vezes, o sujeito vê insatisfeitas as suas necessidades afetivas condicionando o seu modelo relacional (Carpentier, 2011). Neste campo, tal como esperado, os resultados referentes aos cuidados e expressão de afeto maternos ganham terreno face aos cuidados paternos. Porém, não se verificam resultados negativos em nenhuma das partes.

Por fim, procurou-se confirmar a hipótese de que a existência de relações de qualidade com as figuras parentais interfere na diminuição do impacto das experiências de EVI. Através da análise dos Cuidados Parentais, verifica-se a presença de relações afetivas de qualidade também no grupo exposto a violência interparental. A partir das correlações efetuadas, compreende-se a existência de uma relação entre esta dinâmica, assim como a estabelecida entre as figuras parentais, e a utilização de determinados esquemas maladaptativos, sendo o mais representativo o esquema de Privação Emocional e, em seguida, a Desconfiança.

Estes resultados são importantes dado que na ausência de uma relação de qualidade com as principais figuras de afeto, o sujeito não experiencia sentimentos de amor, cuidado e segurança essenciais à sua regulação emocional (Cummings & Davies, 2002). Relativamente aos mecanismos de defesa, só é possível estabelecer uma relação com a aceitação e expressão de afeto paterno, deixando uma margem inconclusiva face à hipótese. Contudo, confirma-se, ainda que parcialmente, pois a variável EVI apresenta-se fortemente correlacionada à aceitação e expressão de afeto parentais.

Os resultados do estudo indicam que não é possível estabelecer uma relação de consequência entre a experiência de exposição a violência interparental e desajustamento no funcionamento atual, pelo menos não de forma tão direta. Apesar de ser um acontecimento potencialmente traumático (Margolin & Vickerman, 2007), o sujeito possui capacidades reguladoras e transformadoras que lhe permitem readaptar-se e reintegrar a sua história, garantindo a sua sobrevivência emocional (Mesquita, 2014). Assim, pelo que se pode constatar, não existem diferenças relevantes em termos de funcionamento e organização interna no que respeita aos indivíduos expostos a violência interparental e os que não foram expostos a esta situação. Verifica-se ainda que é possível estabelecer relações de qualidade com as

figuras parentais, mesmo que inseridas em condições adversas. Deste modo, assume-se que estas relações fortalecem os laços afetivos, asseguram maior estabilidade interna gerando sentimentos de segurança emocional e promovem competências autorregulatórias do *self* para lidar com situações negativas.

12.1 Limitações

Tendo em conta que todos os estudos apresentam limitações, pois falamos de estudos efetuados através de uma pequena amostra da população, considerando resultados obtidos por instrumentos de medida com precisão delimitada, apontam-se de igual forma limitações ao presente estudo.

Uma das limitações prende-se com o facto de não ser estabelecido um tipo de violência específico em estudo (e.g. exposição a *violência física* interparental). A representatividade desta variável põe em causa os resultados em termos de diferenças entre grupos, uma vez que as experiências vividas apresentam-se diversificadas e distintas. Por outro lado, não são considerados fatores ambientais e culturais, sendo que a violência não possui a mesma definição em todas as regiões e é encarada de forma distinta de cultura para cultura. Estes aspetos restringem as conclusões retiradas a partir dos resultados apresentados para a população portuguesa e outras com hábitos culturais e morais semelhantes.

Um outro aspeto a considerar é que a avaliação realizada teve como base as memórias dos sujeitos (importância das distorções e do carácter emocional), sendo que aquilo que é construção interna pode não corresponder à realidade dos factos. Logo o grau de certeza relativamente às experiências relatadas é, de igual forma, relativo. Este aspeto não se reflete de tal modo comprometedor, uma vez que o que se pretendeu avaliar residiu extamente na construção do indivíduo e naquilo que este assume como marcante na sua experiência de vida. Uma forma de contornar alguns aspetos e de os potencializar é a realização de estudos longitudinais. Contudo, também neles existem limitações, tal como contingências que levem à interrupção do estudo, a desistência ou a mortalidade da amostra.

13. Conclusões

O problema da exposição a violência interparental é ainda hoje uma questão que passa despercebida ao olhar da população. As vítimas destes incidentes vivem em segredo com o problema da violência na sua família e o medo reforça esse silêncio (Sani, 2006). Devido a esta invisibilidade, poucos estudos foram realizados com vista na compreensão dos aspetos subjacentes à temática.

De modo não só a tornar mais visível, mas a perceber de que forma estas experiências interagem no desenvolvimento do indivíduo, o presente estudo procurou capturar os vários planos que contornam a problemática da EVI, com o objetivo de compreender como é que as memórias relacionais formadas a partir destas vivências interferem na formação dos modelos relacionais internos e na organização defensiva da pessoa. Com base na revisão de literatura realizada e a partir dos resultados obtidos, sublinha-se que ser exposto a violência interparental não é sinónimo de desajustamento. Como foi possível apurar, não existem diferenças significativas relativamente aos modelos relacionais internos e defensivos entre os sujeitos que vivenciaram a EVI e aqueles que não evidenciaram esta experiência.

No que respeita às construções e representações da infância, esta adversidade parece não contaminar a perspetiva do indivíduo. Mesmo aqueles que passaram por situações de EVI apresentam, na generalidade, uma boa representação do seu ambiente familiar. Neste sentido, enfatiza-se que a experiência só tem relevância consoante o significado que lhe é atribuído. Por outro lado, também a atribuição de significado é construtiva, maleável, modificando-se no desenvolvimento e na aquisição de novas experiências (Cozolino, 2010; Mesquita, 2014) – processo de resignificação.

Ainda que viver no meio do “fogo cruzado” possa desencadear sentimentos de ameaça e tensão constantes ameaçadores do bem-estar pessoal, é possível que a relação de parentalidade atenua o impacto do ambiente hostilizado (Davies & Cummings, 1994; 2002), desde que esta não seja corrompida pelos constrangimentos da relação conjugal. No entanto, a capacidade de superação e de reorganização interna do *self* não deve ser diminuída. Este possui as suas próprias competências predispostas à adaptação e transformação.

Seria pertinente na realização de outros estudos perceber como é que estas experiências interferem nas relações conjugais e na parentalidade posteriores, tendo em conta faixas etárias mais avançadas, e o posicionamento dos sujeitos no papel de companheiros afetivos e cuidadores.

Resta mencionar que a Psicologia está ainda bastante dentro das questões viradas para a psicopatologia e para os motivos desorganizadores do ser humano. É importante salientar que perceber aquilo que o mantém organizado e ajustado é também uma ferramenta fundamental à prática clínica. A complexidade da vida interna do indivíduo é ainda um mundo por desvendar e tantas vezes, perante situações verdadeiramente dramáticas, este volta a emergir construindo novas histórias elivrando-se dos seus fantasmas.

REFERÊNCIAS

- Alvim, F. (2005). Relatório da Campanha Acabar com a Violência Sobre as Mulheres: Mulheres (In)visíveis. *Amnistia Internacional – Portugal*. Lisboa.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2010). *Manual Alcipe: Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2013). Estatísticas APAV, Relatório Anual de 2012. *Instituição de solidariedade social - pessoa coletiva de utilidade pública*. Lisboa.
- Banai, E. & Shaver, P. (2005). “Selfobject” Needs in Kohut’s Self Psychology: Links with Attachment, Self-Cohesion, Affect Regulation and Adjustment. *Psychoanalytic Psychology*, 2, 224-260. doi: 10.1037/0736-97.35.22.2.224.
- Brandchaft, B. (2002). Reflections on the Intersubjective Foundations of the Sense of Self. *Psychoanalytic Dialogues*, 12, 727-745.
- Bradfield, B. (2011). The Dissociation of Lived Experience: A Relational Psychoanalytic Analysis of the Intergenerational Transmission of Trauma. *International Journal of Psychoanalytic Self Psychology*, 6, 531-550. doi: 10.1080/15551024.2011.606953.
- Campos, R., Besser, A. & Blatt, S. (2011). The Relationships Between Defenses and Experiences of Depression: An Exploratory Study. *Psychoanalytic Psychology*, 2, 196-208. doi: 10.1037/a0022420.
- Carpentier, A. (2011). *Stages of Child Development: From Conception Onward... An Overview*. Acedido a 26 de setembro de 2013, obtido em <http://www.interaide.org/pratiques/practices.htm>.
- Coderch, J. (2009). Neurociencia y Modelo Relacional. *Sociedad Española de Psicoanálisis*, 1, 39-53.

- Coderch, J. (2011). La práctica de la Psicoterapia Relacional. El Modelo Interactivo en el Campo del Psicanálisis. *Revista electrónica de Psicoterapia: Clínica e Investigación Relacional*, 1, 188-206.
- Coderch, J. (2013). Los Traumatismos Emocionales en la Infancia y Adolescencia y la Necesidad de Amor. *Revista electrónica de Psicoterapia: Clínica e Investigación Relacional*, 7, 338-347.
- Coimbra de Matos, A. (2014, novembro). *Amor à Vida*. Colóquio Encontro com (o) Amor – Percursos, Expressões e Desenvolvimento. Universidade de Évora, Évora.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2013). IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013): Relatório Intercalar de Execução de 2012. Lisboa.
- Costa, V. & Sani, A. (2007). Crianças Expostas ao Trauma da Violência Familiar: Abordagens Teóricas da Sintomatologia de Pós-stress Traumático. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 4, 210-221.
- Costa, V. & Sani, A. (2007). Sintomatologia de Pós-stress Traumático em Crianças Expostas a Violência Interparental. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 4, 282-290.
- Coutinho, M. & Sani, A. (2008). Evidência Empírica na Abordagem Sobre as Consequências da Exposição à Violência Interparental. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa*, 5, 284 - 293.
- Cozolino, L. (2010). *The Neuroscience of Psychotherapy*. The National Institute for the Clinical Application of Behavioral Medicine: Transcript of a Teleseminar Session. Acedido a 12 de setembro de 2014, obtido em www.nicabm.com.
- Cozolino, L. (2013). *The Social Brain: Why No Brains Heals Alone*. The National Institute for the Clinical Application of Behavioral Medicine: Transcript of a Teleseminar Session. Acedido a 12 de setembro de 2014, obtido em www.nicabm.com.

- Cummings, E. & Davies, P. (2002). Effects of Marital Conflict on Children: Recent Advances and Emerging Themes in Process-oriented Research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43, 31-63.
- Damásio, A. (2000). *O erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Davies, P. & Cummings, E. (1994). Marital Conflict and Child Adjustment: An Emotional Security Hypothesis. *Psychological Bulletin*, 3, 387-411.
- Davydov, D., Stewart, R., Ritchie, K. & Chaudieu, I. (2010). Resilience and Mental Health. *Clinical Psychology Review*, 30, 479-495. doi: 10.1016/j.cpr.2010.03.003.
- Duque, C. & Santos, I. (2009). Fragmentos da Violência Familiar: Um Estudo de Caso. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 6, 86-95.
- Edleson, J. (1999). *Problems Associated with Children's Witnessing of Domestic Violence*. National Online Resource Center on Violence Against Women. Acedido a 5 de setembro de 2014, obtido em www.vawnet.org.
- Evans, S., Davies, C. & Dilillo, D. (2008). Exposure to Domestic Violence: A Meta-Analysis of Child and Adolescent Outcomes. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 131-140. doi: 10.1016/j.avb.2008.02.005.
- Field, A. (2005). *Discovering Statistics Using SPSS: ISM Introducing Statistical Methods*. London: SAGE.
- Fishbane, M. (2007). Wired to Connect: Neuroscience, Relationships, and Therapy. *Family Process*, 3, 395-412.
- Fitzgerald, S., Rumrill Jr., P. & Schenker, J. (2004). Perspectives on Scientific Inquiry: Correlational designs in rehabilitation research. *Journal of Vocational Rehabilitation*, 20, 143-150.

- Fonagy, P. & Target, M. (1997). Attachment and Reflective Function: Their Role in Self-Organization. *Development and Psychopathology*, 9, 679-700.
- Fonagy, P. (1999). Figuras Significativas – Teoría del Apego. Trabalho apresentado ao Grupo Psicoanalítico de discusión sobre el desarrollo. Associação Psicoanalítica Americana, Washington.
- Fonagy, P. & Target, M. (2002). Early Intervention and the Development of Self-Regulation. *Psychoanalytic Inquiry*, 22, 307-335.
- Fonseca, A. (2004). *Desenvolvimento Humano e Envelhecimento*. Lisboa: Climepsi.
- Fonseca, A. (2008). *Psicologia e Justiça*. Coimbra: Edições Almedina.
- Fraiberg, S. (1982). Pathological Defenses in Infancy. *Psychoanalytic Quarterly*, 51, 612-635.
- Garson, D. (2012). *Testing Statistical Assumptions*. Acedido a 28 de dezembro de 2013, obtido em <http://www.statisticalassociates.com>.
- Gewirtz, A. & Edleson, J. (2007). Young Children's Exposure to Intimate Partner Violence: Towards a Developmental Risk and Resilience Framework for Research and Intervention. *Journal of Family Violence*, 3, 151-163.
- Godbout, N., Dutton, D., Lussier, Y. & Sabourin, S. (2009). Early Exposure to Violence, Domestic Violence, Attachment Representations, and Marital Adjustment. *Personal Relationships*, 16, 365-384.
- Gonçalves, R. & Machado, C. (2005). *Psicologia Forense*. Coimbra: Quarteto.
- Gonzales, G., Chronister, K., Linville, D. & Knoble, N. (2012). Experiencing Parental Violence : A Qualitative Examination of Adult Men's Resilience. *Psychology of Violence*, 1, 90-103. doi: 10.1037/a0026372.
- Gouveia, J. & Robalo, M. (1994). Questionário de Esquemas: adaptação portuguesa. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

- Graham-Bermann, S. & Seng, J. (2005). Violence Exposure and Traumatic Stress Symptoms as Additional Predictors of Health Problems in High-Risk Children. *The Journal of Pediatrics*, 146, 349-354.
- Holt, S., Buckley, H. & Whelan, S. (2008). The Impact of Exposure to Domestic Violence on Children and Young People: A Review of the Literature. *Child Abuse & Neglect*, 32, 797-810. doi: 10.1016/j.chiabu.2008.02.004.
- Imbasciati, A. (2004). A Theoretical Support for Transgeracionality: The Theory of the Protomental. *Psychoanalytic Psychology*, 1, 83-98. doi: 10.1037/0736-9735.21.1.83.
- Iraurgi, I., Pampliega, A., Iriarte, L. & Sanz, M. (2011). Modelo Cognitivo-Contextual del Conflicto Interparental y la Adaptación de los Hijos. *Anales de psicología*, 2, 562-573.
- Jaffe, P., Wolfe, D. & Campbell, M. (2012). *Growing Up with Domestic Violence: Assessment, Intervention, and Prevention Strategies for Children and Adolescents*. Canada: HOGREFE.
- Justo, J. (2009). Defense Mechanisms Inventory: adaptação portuguesa. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Kitzmann, K., Gaylord, N., Holt, A. & Kenny, E. (2003). Child Witnesses to Domestic Violence: A Meta-Analytic Review. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 2, 339-352. doi: 10.1037/0022-006X.71.2.339.
- Lawson, D. & Brossart, D. (2009). Attachment, Interpersonal Problems, and Treatment Outcome in Group Therapy for Intimate Partner Violence. *Psychology of Men and Masculinity*, 4, 288-301.
- LeDoux, J. (1994). *Emotion, Memory and the Brain*. Scientific American. Acedido a 18 de Setembro de 2014, obtido em <http://www.scientificamerican.com>.
- LeDoux, J. (2002). *The Sinaptic Self: How Our Brains Became Who We Are*. New York: Pinguin Books.

- LeDoux, J. (2003). The Emotional Brain, Fear, and the Amygdala. *Cellular and Molecular Neurobiology*, 4, 728-738.
- Margolin, G. & Gordis, E. (2004). Children's Exposure to Violence in the Family and Community. *American psychology Society*, 4, 152-155.
- Margolin, G. (2005). Children's Exposure to Violence: Exploring Developmental Pathways to Diverse Outcomes. *Journal of Interpersonal Violence*, 1, 72-81. doi: 10.1177/0886260504268371.
- Margolin, G. & Vickerman, K. (2007). Post-traumatic Stress in Children and Adolescents Exposed to Family Violence: Overview and Issues. *Professional Psychology: Research and Practice*, 38, 613-619. doi: 10.1037/0735-7028.38.6.613.
- Marôco, J. & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a Fiabilidade do Alpha de Cronbach? Questões Antigas e Soluções Modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4, 65-90.
- Marôco, M. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Pêro Pinheiro: Reportnumber.
- Martins, D. (2005). *Autoconceito de Crianças Expostas à Violência Interparental*. Dissertação para conclusão de licenciatura em Psicologia Clínica, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Melchert, T. (2000). Clarifying the Effects of Parental Substance Abuse, Child Sexual Abuse, and Parental Caregiving on Adult Adjustment. *Professional Psychology: Research and Practice*, 1, 1-14. doi: 10.1037/0735-7028.31.1.64
- Mesquita, I. (2012). *Disfarces de Amor – Relacionamentos Amorosos e Vulnerabilidade Narcísica* (Dissertação de Doutoramento não publicada). Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Mesquita, I. (2014). O Trauma sob Controlo: Uma Perspetiva Relacional acerca do Trauma, das Relações e da Violência Familiar. Se...não - *Revista da Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica* (no Prelo).

- Mikulincer, M. & Shaver, P. (2007). *Attachment in Adulthood: Structure, Dynamics and Change*. New York: The Guilford Press.
- Monteiro, I. & Maia, A. (2008). Instrumento do Historial Familiar: versão portuguesa. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Monteiro, I. & Maia, A. (2009). Avaliação Psicométrica de Três Questionários sobre o Historial Familiar. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 37, 97-104.
- Monteiro, I. (2009). *O Contributo das Experiências Familiares, Vinculação e Apoio Social para a Depressão no Adulto*. Dissertação de doutoramento em Psicologia Clínica, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Monteiro, I. & Maia, A. (2010). Avaliação Psicométrica de Três Questionários sobre o Historial Familiar – Informação Complementar para Investigação. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 37, 97-104.
- Monteiro, I. & Maia, A. (2010). Family Childhood Experiences Reports in Depressed Patients: Comparison Between 2 Time Points. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 5, 541-547.
- National Coalition Against Domestic Violence (s.d.). *Male Victims of Violence*. Acedido a 5 de Janeiro de 2013, obtido em <http://www.ncadv.org/>.
- Oliveira, M. & Sani, A. (2009). A Intergeracionalidade da Violência nas Relações de Namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 6, 162-170.
- Osofsky, J. (2003). Prevalence of Children's Exposure to Domestic Violence and Child Maltreatment: Implications for Prevention and Intervention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 3, 161-169.
- Papalia, D., Olds, S. & Feldman, R. (2001). *O Mundo da Criança*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Rede de Intervenção Integrada do Distrito de Évora (2012). *Violência Doméstica*. Manual de Recursos para a Rede de Intervenção Integrada do Distrito de Évora. Évora.

- Ribeiro, M. & Sani, A. (2009). Risco, Protecção e Resiliência em Situações de Violência. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa*, 6, 400-407.
- Rijo, D. (2000). *Avaliação de Esquemas Precoces Mal-adaptativos e Psicopatologia: Exploração de Diferentes Metodologias de Avaliação*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Rijo, D. (2009). *Esquemas Mal-adaptativos Precoces: Validação do Conceito e dos Métodos de Avaliação*. Dissertação de doutoramento em Psicologia Clínica, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Sani, A. (1999). As Vítimas Silenciosas: A Experiência de Vitimação Indirecta nas Crianças. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 247-257.
- Sani, A. (2003). Avaliação de Crianças Expostas à Violência Interparental, em Gonçalves, R. & Machado, C. (Eds). *Psicologia Forense* (pp. 247-271). Coimbra: Quarteto.
- Sani, A. (2006). Vitimação Indirecta de Crianças em Contexto Familiar. *Análise Social*, 180, 849-864.
- Sani, A. (2008). Mulher e Mãe no Contexto de Violência Doméstica. *Ex-aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as mulheres*, 18, 123-133.
- Sani, A. & Cardoso, D. (2013). A Exposição da Criança à Violência Interparental: Uma Violência que Não é Crime. *Revista JULGAR online*, 4, 1-10.
- Scharff, J. (2010). Effects of Violence on Intimate Relationships. *International Association of Couple and Family Psychoanalysis*, 2, 22-30.
- Schore, A. (2000). Attachment and the Regulation of the Right Brain. *Attachment & Human Development*, 1, 23-47.

- Schore, J. & Schore, A. (2007). Modern Attachment Theory: The Central Role of Affect Regulation in Development and Treatment. *Clinical Social Work Journal*, 36, 9-20. doi: 10.1007/s10615-007-0111-7.
- Schwerdtfeger, K. & Goff, B. (2007). Intergenerational Transmission of Trauma: Exploring Mother-Infant Prenatal Attachment. *Journal of Traumatic Stress*, 1, 39-51. doi: 10.1002/jts.20179.
- Séguin, J., Sylvers, P. & Lilienfeld, S. (2007). The Neuropsychology of Violence, em Fonseca, A. (Eds). *Psicologia e Justiça* (pp. 199-253). Coimbra: ALMEDINA.
- Siegel, D. (2001). Toward an Interpersonal Neurobiology of the Developing Mind: Attachment Relationships, “Mindsight”, and Neural Integration. *Infant Mental Health Journal*, 2, 67-94.
- Siegel, D. (2012). *Mind, Brain, and Relationships: The Interpersonal Neurobiology Perspective*. New York: Guilford.
- Silva, L., Coelho, E. & Caponi, S. (2007). Violência Silenciosa: Violência Psicológica Como Condição da Violência Física Doméstica. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, 21, 94-103.
- Skinner, E., Johnson, S. & Snyder, T. (2005). Six Dimensions of Parenting: A Motivational Model. *Parenting: Science and Practice*, 2, 175-235.
- Socarides, D. & Stolorow, R. (2013). Afectos y Objetos del Self. *Revista electrónica de Psicoterapia: Clínica e Investigação Relacional*, 1, 45-59.
- Stern, D. (1988). Affect in the Context of the Infants Live Experience: Some Considerations. *International Journal of Psychoanalysis*, 69, 233-238.
- Stern, D. (1988). The Dialectic Between the “Interpersonal” and the “Intrapsychic”: With Particular Emphasis on the Role of Memory and Representation. *Psychoanalytic Inquiry*, 8, 505-512.

Stolorow, R. (2013). Intersubjective-systems Theory: A Phenomenological-Contextualist Psychoanalytic Perspective. *Psychoanalytic Dialogues*, 23, 383-389. doi: 10.1080/10481885.2013.810486.

Young, J., Klosko, J. & Weishaar, M. (2003). *Schema Therapy: a Practitioner's Guide*. New York: The Guilford Press.

ANEXOS



ANEXO A

Instruções

Gostaria de pedir a sua colaboração para participar num estudo sobre memórias de infância e funcionamento atual, referente à dissertação de mestrado em Psicologia, pela Universidade de Évora.

Deve preencher os questionários que se seguem, pela ordem em que se encontram.

Leia atentamente as instruções de cada um dos questionários pois estes são diferentes.

Qualquer dúvida não hesite em perguntar ao responsável pela investigação.

As respostas dos questionários são confidenciais e apenas o responsável pela investigação terá acesso às mesmas.

Tomei conhecimento e aceito participar no presente estudo:

Data: ____/____/____

Rubrica: _____

Obrigado pela sua colaboração!

ANEXO B

Dados Demográficos

Idade: _____

Sexo: Feminino Masculino

Estado civil: _____

Habilitações:

Ensino primário

Ensino básico

Ensino Secundário

Ensino superior

Profissão: _____

Distrito: _____

Com quem vive?

Quando terminar, deve certificar-se que respondeu a todas as questões e entregar os questionários dentro do envelope selado.